

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANE CRISTINA FOSCA BEZERRA CAVALCANTI

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:
Os (in) visíveis urbanos

Recife
2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Juliane Cristina Fosca Bezerra Cavalcanti

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:
Os (in) visíveis urbanos**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
graduação no curso de Arquitetura e
Urbanismo, sob a orientação do Prof.^a Dr.^a
Ana Maria Filgueira Ramalho

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C376p Cavalcanti, Juliane Cristina Fosca Bezerra.
Pessoas em situação de rua: os (in) visíveis urbanos / Juliane
Cristina Fosca Bezerra Cavalcanti. - Recife, 2019.
94 f.: il. col.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Filgueira Ramalho.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Pobreza urbana. 3. Invisibilidade social. 4.
Aporofobia. I. Ramalho, Ana Maria Filgueira. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.) FADIC (2019.1-242)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANE CRISTINA FOSCA BEZERRA CAVALCANTI

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: os (in) visíveis urbanos

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
graduação no curso de Arquitetura e
Urbanismo, sob a orientação do Prof.^a Dr.^a
Ana Maria Filgueira Ramalho

Aprovado em: 11 de junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a, Dr.^a Letícia Querete
Examinadora interna

Prof.^a, Dr.^a Mércia Carréra
Examinadora interna

Prof.^a, Dr.^a Ana Maria Ramalho
Orientadora

Recife
2019

DEDICATÓRIA

Esse trabalho foi inspirado por todos aqueles que estão nas ruas. É dedicado a todos que passaram por algum tipo de rejeição para enfrentar o desafio da vida nômade. Sim, estes que aparentemente temos algum pré-conceito e que escolhemos, muitas vezes ignorar. É dedicado as pessoas do hoje que construirão o futuro, para que possam, assim como eu, lutar para mudar algo que a sociedade ignora. Para que como cristãos possamos tentar deixa-la cada vez mais, livre do pecado, com respeito e dignidade

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo seu sustento diário, renovação de sua misericórdia e pela sua abundante graça em minha vida. A minha orientadora Dra. Ana Maria Ramalho que com todo amor e dedicação sempre esteve apta a oferecer o melhor de seu conhecimento para comigo. Agradeço a minha mãe Helaine e meu pai Roberto, que sempre me apoiaram e me instruíram a fazer a diferença em todos os lugares que eu vá. Minhas irmãs Christiana, Amanda e Marina que me encorajaram a fazer algo diferente e inusitado. Meus avós Alice e Hélio Fosca que me apoiaram em todos os momentos bons e ruins.

A Rodrigo Portela meu namorado por acreditar e descobrir juntos a diferença que podemos fazer na vida de cada uma dessas pessoas apenas com um abraço e uma conversa. Agradeço também aos meus amigos Hélio Marinho e Rodrigo Leal que foram a campo e sem hesitar desbravaram um território desconhecido com a oportunidade de falar de Cristo. Aos demais amigos e colegas que fizeram e fazem toda a diferença sobre o meu olhar para com os demais.

Agradeço a todo apoio da psicóloga da Organização Não Governamental do Instituto Pelo Bem, ao Movimento da População em Situação de Rua e a assistência social da Prefeitura do Recife, por contribuírem para a execução desse trabalho

Elevo os olhos para os montes: de onde me virá o socorro? O meu socorro vem do SENHOR, que fez o céu e a terra. Ele não permitirá que os teus pés vacilem; não dormitará aquele que te guarda. É certo que não dormita, nem dorme o guarda de Israel. O SENHOR é quem te guarda; o SENHOR é a tua sombra à tua direita. De dia não te molestará o sol, nem de noite, a lua. O SENHOR te guardará de todo mal; guardará a tua alma. O SENHOR guardará a tua saída e a tua entrada, desde agora e para sempre.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a desigualdade social e a pobreza urbana, mais concretamente, um dos efeitos mais perversos resultante desses processos, que são as pessoas em situação de rua, que se tornam mais evidente a cada dia em nossas cidades. As pessoas em situação de rua despertam uma ambiguidade na sociedade, pois quando se trata de direitos e de cidadania, tornam-se invisíveis. No entanto, desperta reações de ódio, resultando em atos de agressão, seja verbal ou física. Esse tipo de conduta social vem sendo designado por aporofobia. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo geral analisar a vida das pessoas em situação de rua, demonstrando que são vítimas da invisibilidade social e de reações de ódio por parte da sociedade, o que compromete os seus direitos de cidadão. Como objetivos específicos: discutir o conceito de aporofobia e como se expressa nas pessoas em situação de rua; identificar as formas de invisibilidade social a qual estão submetidos; identificar o papel da rua como local de moradia para os que nela vivem; analisar as condições de cidadania da população em situação de rua. Conclui-se que, as pessoas em situação de rua são invisíveis sócias e são vistos como menos cidadãos, sejam na negação do direito à moradia, seja na agressão física e verbal a qual são submetidos cotidianamente nas nossas cidades.

Palavras chave: Pobreza Urbana, Pessoa em Situação de Rua, Invisibilidade Social, Aporofobia, Cidadania.

ABSTRACT

This research talks about social inequality and urban poverty, concretely, one of the most wicked effects that results on this process, the street people, they become more evident as time passes by in our cities. The urban refugees shows an ambiguity in the society, as the rights and citizenship become invisible. It creates hate reactions, resulting in aggressive actions, that can be verbal or physically. This kind of social conduct has been designated as aporofobia. Thus this research has the general point to analyse the life of the street people, showing that they are victims of social invisibility and of hate reactions from the society which compromises their rights as citizens. The specific goal is to: Discuss the concept of aporofobia and how it's expressed in the street people; identify the shapes of social invisibility to which they are submitted; identify the role of the street as a home place for those who live in it; analyse the conditions of citizenship to the street people. The conclusion is that the urban refugees are socially invisible and are seen as less citizens, either by their denial for their right to housing, or by the physical and verbal aggressions by which they are submitted daily in our cities.

Key Words: Urban Poverty, Street People, Socially Invisible, Aporofobia, Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exclusão.....	18
Figura 2 – Exclusão espacial, cidade informal, desigualdade social	20
Figura 3 – Materiais de potencial construtivo viram abrigo	21
Figura 4 – Pessoa em situação de rua	23
Figura 5 – “Moro na rua, mereço seu abraço?”	26
Figura 6 – Sensibilidade perceptiva	28
Figura 7 – Invisibilidade Social	29
Figura 8 – “Limpeza” urbana	34
Figura 9 – Polícia agride refugiado urbano	35
Figura 10 – Local da agressão	36
Figura 11 – Rampa em na porta da residência como arquitetura antimendigo	38
Figura 12 – Lojas colocam 'spikes' em janelas, exemplo de arquitetura antimendigo.....	38
Figura 13 – Grades para não abrigar pessoas em situação de rua em prédio público.....	39
Figura 14 – Impossível deitar nesse banco.....	40
Figura 15 – Arquitetura antimendigo	40
Figura 16 – Arquitetura defensiva	41
Figura 17 – Humano desesperado.....	44
Figura 18 – A noite nas ruas	45
Figura 19 – Centro urbano de Nova Friburgo (RJ).....	48
Figura 20 – Praça Rui Barbosa, centro urbano de Curitiba.....	48
Figura 21 – Projeto Banho Solidário.....	50
Figura 22 – Descanso de uma longa noite em Albergue.....	52
Figura 23 – Quantas pessoas estão em situação de rua?	58
Figura 24 – RPA 01, área de estudo	64
Figura 25 – Rua do Imperador, Centro do Recife, aos domingos	66
Figura 26 – Praça Dezesete, centro do Recife, aos domingos.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Qual o olhar da sociedade para os refugiados urbanos?.....	69
Gráfico 2 – Se sente invisível?	70
Gráfico 3 – Agredido verbalmente.....	73
Gráfico 4 – Agredido fisicamente	74
Gráfico 5 – Rua: local de moradia?	75

LISTA DE ABREVIATURAS

Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

Centro de Referência a Assistência Social - CRAS

Centro de Referência e Apoio para a População de Rua - CENTRO POP

Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Instituto de Assistência Social e Cidadania -IASC.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Movimento Nacional da População de Rua - MNPR

Organização das Nações Unidas - ONU

Organização Não Governamental - ONG

Plano Local de Habitação de Interesse Social: PLHIS

População em Situação de Rua - POP RUA

Região Política Administrativa – RPA

Secretária Especializado em Abordagem Social – SEAS

Sistema Único de Assistência Social – SUAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DESIGUALDADE SOCIAL	14
2.1. Origem da pobreza nos centros urbanos	15
2.2. Consequências da pobreza	16
2.3. Pobreza urbana	20
2.3.1. Pessoas em situação de rua	22
3. APOROFOBIA AOS REFUGIADOS URBANOS: da invisibilidade, o discurso de ódio à arquitetura antimendigo	25
3.1. Invisibilidade Social	27
3.2. Ódio as pessoas em situação de rua	30
3.3. Arquitetura Antimendigo	36
4. RUA: local de moradia?	43
4.1. O esvaziamento dos centros urbanos e a ocupação da população em situação de rua	47
4.2. Soluções paliativas	49
4.3. Direito a moradia	54
4.4. Retrato da população em situação de rua no Brasil	59
5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RECIFE	63
5.1. Caracterização das pessoas em situação de rua do Recife	63
5.2. Invisibilidade, aporofobia e cidadania: Como vivem as pessoas em situação de rua em Recife?	67
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	93
APÊNDICE B – ENTREVISTA À PREFEITURA	894
APÊNDICE C – ENTREVISTA AO INSTITUTO PELO BEM	91
APÊNDICE D – ENTREVISTA AO MNPR	93
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO À SOCIEDADE	94

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a desigualdade social e a pobreza urbana, mais concretamente, um dos efeitos mais perversos resultante desses processos, que são as pessoas em situação de rua. Aborda-se também, a forma como essa população é vista na sociedade a qual está inserida e como vivem no espaço urbano. Os refugiados urbanos, nome designado pelo Padre Júlio Lancelotti, para denominar essa população, são submetidos a pobreza absoluta, que se torna mais evidente a cada dia em nossas cidades. São pessoas que despertam uma ambiguidade na sociedade, pois quando se trata de direitos e de cidadania, tornam-se invisíveis. No entanto, são notadas quando trazem algum incômodo, como o ato de pedir dinheiro, ou simplesmente por ocuparem os espaços públicos como: calçadas, praças, passeios públicos, sujando e causando medo pelas suas feições, o que desperta reações de ódio pela sociedade, resultando em atos de agressão, seja verbal ou física. Esse tipo de comportamento de agressividade com pessoas excluídas socialmente vem sendo designado por aporofobia.

Os refugiados urbanos são alvos de discriminação constante e são rejeitados pela sociedade e esquecidos ou não priorizados também pelo poder público. Sendo assim, a percepção da existência de indivíduos que vivenciam a cidade da forma mais excludente, nos faz questionar: As pessoas em situação de rua são menos cidadãos? As pessoas em situação de rua são invisíveis socialmente? A rua pode ser considerada local de moradia e como vivem essa população que tem o único refúgio, as ruas?

Parte-se das seguintes hipóteses: As pessoas em situação de rua são invisíveis sociais, ao mesmo tempo em que, despertam reações de ódio da sociedade; as ruas não são locais de moradia, e viver nelas significa ter seus direitos de cidadão violados.

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a vida das pessoas em situação de rua, demonstrando que são vítimas da invisibilidade social e de reações de ódio por parte da sociedade, o que compromete os seus direitos de cidadão. E tem os seguintes objetivos específicos: discutir o conceito de aporofobia e como se expressa nas pessoas em situação de rua; identificar as formas de invisibilidade social a qual estão submetidos; identificar o papel da rua como local de moradia para os que nela vivem; analisar as condições de cidadania da população em situação de rua.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental estudos de caso, em livros, sites e vídeos acerca do tema. A metodologia aplicada para o levantamento da pesquisa empírica elaborada nesse trabalho foi através de questionários e de entrevistas, com os seguintes atores: 30 pessoas em situação de rua, 1 representante de Organização Não Governamental – ONG, que atua com esse público, um representante do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, a coordenadora do setor de assistência das pessoas em situação de rua, da Prefeitura do Recife e com 12 pessoas da sociedade (transeuntes, comerciantes, entre outros) que cruzam no seu dia à dia, com os refugiados urbanos. Essas entrevistas foram realizadas nas ruas do centro, onde havia pelo menos uma pessoa em situação de rua, de forma que evidenciasse com mais precisão a análise da invisibilidade e sentimentos de rejeição ou desprezo.

O trabalho está dividido em 4 partes. Inicialmente, se discute conceitualmente a desigualdade social e a pobreza urbana, suas causas e consequências, assim como o produto evidente dessa pobreza que são as pessoas em situação de rua. Depois se discute o conceito de aporofobia, da invisibilidade, do discurso e delitos de ódio, da arquitetura anti-mendigo e conclui exemplificando esse preconceito, como as pessoas em situação de rua são vistas e tratados pela sociedade. Na terceira parte, aborda a rua e a vida nelas, o esvaziamento dos centros urbanos, as soluções paliativas para auxiliar as pessoas em situação de rua, as ações governamentais o direito à moradia e o retrato da população em situação de rua no Brasil. Por fim o recorte dessas pessoas em situação de rua na cidade do Recife, local da pesquisa, caracterizando essa população e analisando empiricamente a invisibilidade, a aporofobia, a cidadania e o modo de vida dessa população.

Por fim, as considerações finais, onde pode-se afirmar que, infelizmente as pessoas em situação de rua fazem parte de um problema latente do déficit de moradia na maioria dos centros urbanos em todo o país e no mundo, e são uma consequência direta da pobreza extrema. Não são vistos adequadamente pelo poder público, nem pela sociedade. Existem paliativos, mas não sanam o problema. A rua não pode ser e não é local de moradia.

2. DESIGUALDADE SOCIAL

Desigualdade e pobreza são questões que afetam socialmente a maioria dos países. Desvantagens aliadas a falta de acesso a moradia, a incapacidade de obter renda, entre outros problemas, agrava a questão da pobreza. A desigualdade está normalmente associada a deficiência da distribuição do padrão de vida ou econômica da sociedade. A ausência da proporção do equilíbrio é considerada desigualdade. Já desigualdade social, é a situação que limita o status de um grupo, geralmente é associada a falta de oportunidades, conseqüentemente a pobreza; esses conceitos são relacionados, mas diferentes; o primeiro é considerado uma posição de desvantagem a riqueza média, enquanto o segundo é ligado a ter privações, impossibilidade ou incapacidade.

A pobreza reflete na ausência de qualidade de vida, dignidade e serviços essenciais. A pobreza em si significa: carência, escassez de meios para subsistência, desvantagem; possui diversos sinônimos ou expressões de um estado particular de suas dimensões e características (SILVA, 2002). Conceitua-se como pobreza a falta de acesso a algo:

[...] a falta de voz, poder e independência dos pobres que os sujeita à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco (NARAYAN 2000 *apud* CRESPO; GUROVITZ 2002).

Pode ser considerada a falta de recursos múltiplos necessários, incapacidade de alcançar o bem-estar, impossibilidade de oportunidades para com os objetivos e vontades ou uma situação precária que dificulta a sobrevivência. Segundo Narayan (2000 *apud* CRESPO; GUROVITZ, 2002) uma das definições de pobreza é “a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, **moradia**, cultura, **terra** e outros ativos” (grifo nosso).

O parâmetro de conceituação de cada classificação de pobreza é variável, dependendo dos indicadores e referenciais a serem contemplados (SILVA; BANDEIRA; LOPES, 2011). A pobreza é um fenômeno complexo, classifica-se a pobreza de diversas maneiras, as mais comuns são a linha de pobreza relativa e a linha de pobreza absoluta ou extrema. Sumariamente a pobreza relativa é a distribuição de um rendimento médio menor, insuficiente, para uma porcentagem da população, como privação de capacidade (ABREU, 2012). É considerada pobreza

absoluta quando a renda é menor do que o nível da subsistência; níveis básicos de educação, saúde, nutrição, **habitabilidade** e vestuário. Uma definição resumida do conceito de pobreza dada por alguns pobres seria:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

A Organização das Nações Unidas ONU diz que a pobreza absoluta é medida, quando alguém vive com US\$1,25 por dia, ou uma renda de até R\$70,00 mensais (RIO GROUP, 2006). Um valor ilustrativo, pois se a renda de alguém é de até meio salário mínimo cerca de R\$477,00 essa pessoa ainda assim não tem os meios necessários para sobreviver. O princípio da pobreza é a carência dos meios necessários para sobreviver.

2.1. Origem da pobreza nos centros urbanos

Historicamente, cerca de 90% da população mundial era pobre e não tinha acesso a comida ou água e a expectativa de vida era de 35 anos de idade (LEWIS *apud* THE WHY, 2013). Desde a subsistência em plantios, o sistema monárquico, a idade média com seus altos impostos, a vida em comunidade indígena, a exploração colonial, agregaram para que a pobreza persistisse, demonstrando as dificuldades em acessar recursos de saúde e capital (LEWIS *apud* THE WHY, 2013). “Encontramos na história humana que atrás das forma de pobreza moderna está o uso da força”¹. Na América do Sul o colonialismo e sua exploração bruta de escravidão aliado a doenças da época dizimaram civilizações inteiras e mais do que nunca deixaram as pessoas locais miseráveis como é o caso do Império Inca.

A pobreza surge então, com o egoísmo humano, fruto do pecado, que nos impede de compartilhar e deve ser refreada pela ética do trabalho (HALL; BURTON, 2017). Segundo Soto, Williams e Mises (2016) “A pobreza é a condição natural e permanente do homem ao longo da história humana”, ela sempre existiu. O conceito de cidade surge na revolução industrial aliada as fábricas oferecendo diversos bens e serviços concentrados, famílias que dependiam da subsistência decidem vender o que

¹ Oscar Guardiola-Rivera – comentarista latino-americano.

tem e decidem morar improvisadamente perto do novo trabalho. A nova forma de vida tornou mais evidente a pobreza até então existente; porém trouxe a possibilidade da riqueza.

A partir do século XVIII a riqueza manifesta-se como possibilidade na criação da classe média. Segundo Soto, Williams e Mises, (2016) “Quanto maior a quantidade de bens e serviços ofertados, e quanto maior a diversidade dessa oferta, maior será o padrão de vida da população”. A aglomeração humana diversificada com uma gama maior de produtos e com a possibilidade de uma renda criou um capital passível de investimento diminuindo a pobreza local. Segundo Akyeampong² “Riqueza e pobreza, poder e impotência estão interligados”, a riqueza então ajuda a moldar vidas (LEWIS *apud* THE WHY, 2013). Segundo Wayne Grudem³, “O dinheiro em si é uma invenção humana boa que nos afasta do reino animal e nos permite dominar a terra por meio da produção de bens e serviços que tragam benefícios as outras pessoas” (HALL; BURTON, 2017).

Ainda hoje a pobreza é um problema mundial que não foi erradicado. Os indivíduos geralmente são submetidos a tal situação devido a dificuldade, incapacidade, ou impedimento de produzir bens ou serviços (SOTO, WILLIAMS; MISES, 2016). Diversas são as causas da pobreza, ela pode ser reduzida através do empreendedorismo, da propriedade privada, da segurança jurídica e do acúmulo de capital e investimento. O padrão de vida de um país é determinado pela abundância de bens e serviços deste. A pobreza extrema ou absoluta é considerada um problema que deve ser erradicado.

2.2. Consequências da pobreza

A pobreza, por sua vez, pode causar diversas consequências. Em sua maioria, são relacionadas a exclusão, ato de afastar⁴, isolar de, privar de uma função. A exclusão é ligada, a participação inadequada, a ausência de proteção, ausência de integração e ausência de poder (ARZABE, 2000). Classifica-se em exclusão social,

² Emmanuel Akyeampong – historiador citado em (LEWIS *apud* THE WHY, 2013)

³ Wayne Grudem em seu livro “Business fo the Glory od God: The Bible’s Teaching on the Moral of Business” (Wheaton: Crossway Books, 2003, p.81 e p. 47). Publicado no Brasil como “Negocios para a glória de Deus” (N. da T.).

⁴ Afastar e isolar do convívio social da sociedade como um todo, o colocando a margem da cidade e dos direitos que com ela subsistem.

exclusão econômica, exclusão espacial, vulnerabilidade e invisibilidade (ARZABE, 2000). Estas consequências são associadas e geralmente sucessíveis, uma leva a outra.

A **exclusão social** é considerada um processo que caracteriza o afastamento, privação de pessoas das instâncias comuns sociais e culturais. A Comissão Europeia aproximou a noção de exclusão social da ideia da realização inadequada ou insuficiente dos direitos sociais devido as situações instáveis e difíceis para grupos da população que correm o risco de, através da crise econômica, serem afetados pelo desemprego conseqüentemente a pobreza.

[...] a “exclusão social” se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação indenitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a **população de rua**, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras (LOPES, 2006) (grifo nosso).

Um dos problemas provenientes da **exclusão social** é a supressão da cidadania. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que como membro de um Estado possui, que lhe permitem a participação da vida política, como demonstrado na Figura 1 (DICIO, c2018). Aqueles que não possuem acesso ao exercício de cidadania do seu país é excluído do processo de tomada de decisão, muitas vezes por não terem uma representação.

A noção de pobreza é também frequentemente relacionada com o conceito de cidadania, na medida em que a pobreza é vista como ausência de direito e, nesse sentido, embora não se dissocie do campo econômico, a pobreza é situada essencialmente no campo político (TELLES, 1992 *apud* SILVA, 2002).

Figura 1 – Exclusão



Fonte: MONTEIRO, 2017

A pobreza é correlacionada a vulnerabilidade pois através da exclusão social diminui o sentimento de cidadania. Outra consequência da pobreza e a mais comum é a **invisibilidade social**⁵. A invisibilidade é um dos fatores de exclusão, de quando a situação de submissão ao estado de pobreza não é percebida pela sociedade. Ela é relacionada ao processo de exclusão social e financeira, pois acontece quando o excluído se torna membro não integrante socialmente e financeiramente, assim, não recebe a assistência devida, e aos poucos acaba nem sendo percebido. A invisibilidade também acontece devido a vulnerabilidade urbana, dos problemas e dificuldades das pessoas mais necessitadas são considerados irrelevantes.

A pobreza presente na **exclusão econômica** é um reflexo da pobreza política, sem reivindicação, sem investimento e sem representação. Inflação, aumento da exportação, renda diminuindo, o emprego formal deplorável, aumento da informalidade, alta carga tributária, esse é o cenário de diversos países (ARZABE, 2000). A dificuldade de renda suficiente para sobrevivência com dignidade é um problema corriqueiro que leva a pobreza. O problema financeiro correlaciona as pessoas excluídas economicamente como desqualificadas, rejeitadas, como aqueles que não participam plenamente da sociedade, resultando em pessoas vulneráveis.

⁵ O conceito de invisibilidade social será abordado com mais minuciosidade no capítulo seguinte.

A vulnerabilidade é, assim, produto de um encadeamento de processos do desenvolvimento da produção capitalista da cidade, da concentração e centralização da riqueza produzida, cujas políticas são incapazes de responder adequadamente à formação das periferias e a sua própria reprodução como sociedade e realidade urbana (PENNA; FERREIRA, 2014).

Uma das consequências da pobreza é ser vulnerável, frágil. Pessoas nessas situações estão à espera de que algo um dia melhore, que a sua fragilidade passe, que alguém o ajude ou o trate com mais humanidade. Dentro da cidade esse conceito também pode ser denominado de vulnerabilidade urbana.

Áreas de vulnerabilidades nas cidades identificam, ainda, que o surgimento de territórios de grande vulnerabilidade social, ou seja, territórios nos quais há a concentração de populações vulneráveis, ocorre em virtude da tendência à reprodução das desigualdades, da violência e da pobreza, e da reprodução das suas estruturas e dinâmicas sociais e econômicas. Isso se dá, principalmente, por causa da dificuldade de inserção, mobilidade e ascensão social dos mais pobres, de acesso às estruturas de oportunidades de empregos, aos ativos e capital humano (setor educacional, setor da saúde, cultura: inovação, comunicação e criatividade), ou seja, setores que dizem respeito aos novos modos de vida na cidade, dependentes do desenvolvimento do capital cognitivo e tecnológico- (PENNA; FERREIRA, 2014).

A exclusão espacial é uma das consequências da invisibilidade. A análise **da exclusão espacial** vem desde a lógica feudal e da própria ocupação da cidade formal, onde as áreas mais favorecidas foram tomadas pelos de maior renda, deixando as áreas inóspitas para a população pobre. Desta forma, “[...] não é apenas a segregação que especifica o acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação” (MARQUES E., 2010, p. 35). Esse fator de exclusão espacial como demonstrado na Figura 2, ilustra a divisão territorial e a negação da cidade formal para as pessoas com menos recursos financeiros, remete ao fator conhecido como pobreza urbana.

Figura 2 – Exclusão espacial, cidade informal, desigualdade social



Fonte: BARATO, 2018

2.3. Pobreza urbana

Milton Santos (1978) em seu livro *'Pobreza Urbana'* discorre sobre a definição da pobreza, as explicações parciais sobre ela e a marginalidade como teorias do desenvolvimento. Segundo Santos, “A crise urbana’ é o resultado da explosão demográfica, responsável pelas migrações que contribuem para o agravamento” da pobreza. As definições de pobreza não são capazes de “situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo” (SANTOS, 1978, p. 18). A pobreza urbana se torna evidente na compilação de todos os aspectos discriminados onde a exclusão social, econômica e espacial cria vulnerabilidade que insere um indivíduo dentro do contexto urbano.

Desde o fenômeno urbano⁶, no mundo inteiro, a pobreza vem se expandido e ganhando espaço nas cidades, acompanhando seu crescimento. O urbano fascina com sua vida dinâmica, rápida e vibrante, sua sedução de vida ativa é atraente.

A maioria das grandes cidades possuem diversos pontos onde o cenário da pobreza é visível. Segundo Penna e Ferreira (2014) “na vivência da cidade negada, o

⁶ Reflexo da industrialização através da criação e do crescimento das cidades e da necessidade de habitação coletiva próximas ao trabalho.

conflito e a exclusão são exacerbados [...]”. Essa pobreza, se for ignorada, ou não tratada, se reproduz. Os esforços empregados para a solução de problemas ligados à pobreza, não impede que, mais pessoas sofram as consequências dela. Esse cenário de pobreza vem sendo reproduzido de diversas formas. Chamoiseau (1997 *apud* DAVIS, 2006) diz que “[...] os moradores urbanos do terceiro mundo⁷ agarram-se à cidade por suas milhares de fissuras de sobrevivência e, teimosamente, recusam-se a larga-la”.

As formas para que as pessoas de baixíssima renda fiquem nas cidades, e sobrevivam ao meio urbano são limitadas. No Brasil as áreas mais desprezadas pela grande parte da população acabam sendo uma das poucas opções para as pessoas menos favorecidas como demonstrado na figura 3. Se procurarmos em nossos bairros provavelmente também encontraremos cenários de pobreza. Haverá pelo menos uma pessoa vivendo em condições precárias e insalubres ou até morando nas ruas, sem nenhum tipo de abrigo (ABREU; SALVADORI, 2015).

Figura 3 – Materiais de potencial construtivo viram abrigo



Fonte: VAZQUEZ, 2010

⁷ A denominação de terceiro mundo surgiu com o final da guerra fria para nomear países em desenvolvimento, subdesenvolvimento.

Na ausência de acesso aos meios formais, tudo que é encontrado pode se tornar um material com potencial construtivo. Encontramos tendas de lona, casas de barro com madeira e palha, tecido com madeira para abrigo ou restos de alvenaria, qualquer coisa ou até um pedaço de cada material, pode ser utilizado para a construção de 'abrigos'. Esses refúgios normalmente são construídos em áreas de morro, áreas alagadas, viadutos, na rua, entre outros locais. Essas expressões de pobreza urbana como favelas, cortiços, quartos de aluguel, barracos itinerantes, ocupações desordenadas com materiais improvisados, as pessoas que só tem a rua como abrigo, se tornam comuns e corriqueiras nos centros urbanos. O ápice da pobreza urbana, talvez a pior das condições, seja morar nas ruas, o pior tipo de exclusão.

2.3.1. Pessoas em situação de rua

Um tipo de pobreza absoluta que é visível nas grandes cidades são os 'moradores de rua', como são popularmente denominados, estes que não possuem nenhuma provisão ou abrigo. Se falarmos que são moradores de rua estamos deixando implícito que as ruas são locais para moradia, mas há pessoas vivendo nas ruas, então a denominação correta é: em situação de rua (LIMA, 2016). A população urbana pobre em situação de rua é um dos problemas urbanos de grande vulnerabilidade, é considerada um:

[...] grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.) áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e ocasionalmente, utilizam abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2008, p. 8).

A denominação 'população em situação de rua' – POP Rua, é utilizada pelo governo, comunidade terapêutica e grupos de assistência para denominar as pessoas sem teto, sem abrigo permanente, que são considerados extremamente pobres. A vida nessas condições de extrema pobreza ativa os extintos da sobrevivência, ser nômade, sem vínculos, acaba sendo a opção.

Ao analisarmos a situação das pessoas que se encontram em situação de rua encontramos alguns dos motivos mais comuns que fazem com que as pessoas passem a viver nessas condições, especialmente, pela pobreza extrema. Conflitos

econômico-ocupacional como morar longe do trabalho, conflitos sócio familiares entre a própria família ou com relação a comunidade, experiências de violência doméstica, desemprego e alguns problemas de saúde levam pessoas a saírem de suas casas. O uso de drogas também pode levar as ruas, mas também é uma das consequências de habitá-las; são utilizadas para amparar Do frio, Do stress, Da fome, Da degradação da situação em que se vive, ou até mesmo para socialização com os demais.

A rua em si acaba se tornando o único refúgio de algumas pessoas. Como demonstrado na Figura 4 abaixo, uma pessoa a dormir em uma calçada.

Figura 4 – Pessoa em situação de rua



Fonte: MIRANDA, 2017

Na Europa as pessoas que enfrentam tal conjuntura são denominadas como os 'sem abrigo'. Atualmente uma nova denominação foi criada para esse grupo populacional específico, pelo Padre Júlio Lancelotti⁸ da Pastoral de Rua, que os denominou de refugiados urbanos. Refugiados, pois, a palavra refúgio significa retirar-se para um lugar seguro, tomar asilo, dar proteção a si mesmo, pôr em abrigo, característica que a cidade acaba representando de forma singular. Segundo Lanceloti (*apud* TV 247, 2018) essa denominação também é utilizada para esse grupo

⁸ Padre Júlio Lancelotti é pedagogo e presbítero católico brasileiro responsável por ações da Pastoral de Rua e de organizar ações do movimento de direitos humanos em defesas dos menos favorecidos.

porque eles buscam refúgio na cidade, e estão sempre à procura de um local que sirva como recanto. A denominação surgiu após a crise na Síria quando a população pobre buscou refúgio nas cidades de países como França, Itália, entre outros, por serem países de primeiro mundo com a possibilidade de uma vida melhor.

Refugiados urbanos são pessoas que procuram amparo, asilo, comida e conforto em qualquer local. São aquelas pessoas que precisaram sair de suas casas de alguma forma, e passam a procurar o sustento nas ruas. Infelizmente a rua foi a única que os acolheu e onde residem. As cidades mais atrativas conquistaram a atenção e rapidamente se tornou a opção de sobrevivência mais adaptável para alguns. As pessoas em situação de rua, os sem abrigo, ou os refugiados urbanos, são denominações para esse grupo de pessoas heterogênicas que não pode ser considerada classe social, mas um estado particular a qual o indivíduo é submetido.

O refugiado urbano procura descanso, trabalho, comida, paz, afeto, higiene, uma série de coisas que o torne visto, segundo Bursztyn (2013):

As pessoas, no limite, são excluídas do nosso mundo. Excluídas porque nós não os vemos como pessoas que pertencem ao nosso mundo. E o maior agravante é quando essas pessoas se reconhecem nessa situação, passam a assumir, a vestir a carapuça de 'eu não pertencço ao mundo deles'. Ao não pertencer ao mundo deles, duas coisas podem acontecer: me adapto à fatalidade de ser diferente, excluído, ou vou reagir. Reação que pode gerar violência. (BURSZTYN, 2013)

As pessoas em situação de rua sofrem rejeição por parte das demais pessoas da sociedade de diversas formas. Algumas dessas formas de rejeição chamam a atenção de sociólogos e pesquisadores que observam o aumento da discriminação e violência, de como ela é aplicada e ignorada pelas autoridades.

3. APOROFOBIA AOS REFUGIADOS URBANOS: da invisibilidade, o discurso de ódio à arquitetura antimendigo.

Uma consequência da pobreza é o aumento da marginalização e o afastamento de pessoas em situação de rua da vida pública, social e política. A pobreza em si faz com que pessoas nessas condições sejam rejeitadas. Por serem pobres, acabam sofrendo, com agressões verbais e até físicas. Devido a necessidade de análise e conceituação sobre essas rejeições, das pessoas pobres, observou-se a indispensabilidade de um reconhecimento nominal para estes (CORTINA, 2017). “Nomear essa patologia social era urgente para poder diagnosticá-la com maior precisão, para tentar descobrir sua etimologia e propor tratamentos eficazes”, para a aporofobia (CORTINA, 2017).

A circunstância de rejeição para com aqueles em situação de rua, onde encontramos muitas vezes pessoas indefesas, vulneráveis, sem teto, abrigo ou moradia, denominada de aporofobia (CORTINA, 2017) (grifo nosso). Tal nomenclatura foi criada pela socióloga espanhola, Adela Cortina, devido a necessidade de indicar os motivos de rejeição, tratamento desigual e os embates sociais para aqueles que não tem nada a oferecer ao dinheiro, segundo Cortina o pobre não possui nada que possa contribuir para a economia, não pode oferecer algo por conta da situação em que vive. Ainda segundo Cortina, tal condição é um problema social gritante; em seu livro, intitulado *Aporofobia, a rejeição aos pobres*, ela apresenta e discute esse conceito; “no grego, a palavra designada para pobre ou sem recursos é ‘áporos’, aporofobia, palavra sucessora de xenofobia”.

Em agosto de 2004 houve a chacina em São Paulo deixando diversos mortos, desde então o dia 19 de agosto se tornou o dia da luta da população em situação de rua. Em 2018 em Recife durante o dia do protesto da luta foi tirada a foto ilustrada na figura 5, onde o refugiado urbano segura um cartaz em protesto pacífico que simboliza a sua situação de inferioridade, e o sentimento de menosprezo que sente e questiona se é merecedor de um abraço ou de atenção das pessoas que não se encontram em situação de rua.

Figura 5 – “Moro na rua, mereço seu abraço?”



Fonte: AUTORA, 2018

A criação desta palavra foi inspirada nas denominações de discriminação que caracterizam mais do que um indivíduo, mas um coletivo. Segundo Cortina (2017) “Dar nomes às realidades sociais perversas, como a rejeição ao pobre, é fundamental para acabar com elas”. A palavra aporofobia entrou no dicionário espanhol e está para ser inserida como ato de discriminação a ponto de entrar como projeto de lei pelo Ministério do Interior espanhol como um dos crimes agravantes de agressão, comparado a crimes de ódio (MEDINA, 2018). A palavra visou nomear a necessidade de proteção para com aqueles que mais precisam. A socióloga Adela Cortina diz que:

A aporofobia tem bases cerebrais e sociais que, felizmente, podem ser modificadas, e as formas mais adequadas para essa transformação são a educação, entendido em sentido amplo, e a construção de instituições econômicas, políticas e sociais capazes de promover o respeito pela igual dignidade de cada uma das pessoas específicas. (CORTINA, 2017, p. 1).

Os refugiados urbanos como já citado, são as que vivem em condições de extrema pobreza, suscetíveis a discriminação.

A população em situação de rua muitas vezes é classificada como uma das mais tocantes manifestações do conjunto social, haja vista, sua posição de total vulnerabilidade e instabilidade social, sofrendo corriqueiramente práticas de agressividade e violência que denotam a indiferença [...] (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

A população em situação de rua é o grupo social mais vulnerável de sofrer rejeição, é alvo de discriminação constantemente, uma rejeição em partes silenciosa. Aporofobia, é mais que apenas uma fobia ao pobre, assim como o racismo é um modo de pensar cultural, cultivado pelo preconceito e aversão. Tal modo de pensar é passado as gerações seguintes e regado por discriminação. Segundo Cortina, (2017) “Esta situação onde alguém pobre se encontra indefeso e vulnerável é em si mesma o resultado da aporofobia, do desprezo ao pobre, de desatenção generalizada”. As pessoas em situação de rua são tratadas de forma diferente, muitas acabam sendo ignoradas, invisibilizadas, maltratadas, rejeitadas e até agredidas.

A pessoa em situação de rua é vista como a visibilidade indesejável, como alguém que deve ser enxotado por trazer em si, no seu corpo, todas as taras de uma sociedade excludente. [...] tratam-no como lixo não removido, uma imperdoável displicência do Poder Público (CARONI FILHO⁹ *apud* SANTOS, 2017).

Busca-se então uma análise maior da rejeição e do descaso em que diversas pessoas estão submetidas. Um fator determinante para a rejeição com refugiados urbanos é a segregação sócio espacial de perceptibilidade seletiva do que se quer ver ou não por parte dos que possuem abrigo¹⁰. Segundo Caroni Filho (*apud* SANTOS , 2017) “um morador de rua representa um conjunto de mazelas que só são lembradas ou reconhecidas quando se personifica num corpo de um andarilho qualquer”.

3.1. Invisibilidade Social

A aporofobia se insere como invisibilidade social para as minorias menos favorecidas buscando dar voz aqueles que mais precisam, através da expressão de um nome. Ser invisível, considerado indiferente, não importante, seria o resultado do processo de humilhação social, determinante, onde psicossocialmente o homem passa despercebido entre outros homens (COSTA, 2004).

⁹ Professor e sociólogo Gilson Caroni Filho

¹⁰ Esse fator determinante será analisado no capítulo 5.

Isso é sustentado por dois fatores ou pelo cruzamento de dois conjuntos de fatores sociais e psicológicos. A gente pode associar o fenômeno da invisibilidade pública especialmente à segregação social em classes, [...]. Isto é, avaliações individuais de pessoa para pessoa. Portanto, se refere à sensibilidade a partir da presença de alguém perto dessas pessoas. (MOURÃO, 2017 *apud* COSTA, 2014).

O refugiado urbano acaba sem ser percebido pela condição que ele se encontra. A figura desagradável que este representa o torna vítima de uma sensibilidade seletiva proveniente da aporofobia, o tornando invisível. A invisibilidade então é a capacidade de não ser visto como ilustrado na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Sensibilidade perceptiva



Fonte: MOURÃO, 2017

[...] quanto mais distante de mim, socioeconomicamente falando, maior a probabilidade de um sujeito ficar automaticamente invisível aos meus olhos. Quando essa proximidade é maior, raramente se dá esse fato. (MOURÃO, 2017 *apud* COSTA, 2014)

Segundo Marques S. (2017) “há vários fatores que podem contribuir para que essa invisibilidade aconteça, sendo eles sociais, culturais, estéticos e o mais importante, o fator econômico”. No caso de refugiados urbanos, todos os fatores se incluem; a pobreza extrema, a aparência de sujo, a baixa sociabilidade e a falta de uma renda média apoia à invisibilidade. Segundo Cortina, (2017, p. 26) “o pobre cai fora da possibilidade de devolver algo em um mundo baseado em um jogo de dar e receber” parecendo ser incapaz de se adaptar, apenas sobreviver.

Os refugiados urbanos se encontram inertes a contribuição significativa financeira, não conseguem estimular a compra ou a venda de algo. Elas acabam se isolando socialmente pela sua condição de vida nômade, sem vínculos afetivos.

Aquele que não possui formas de contribuir economicamente ou socialmente a sociedade¹¹ acaba sem ser visto por ela, como demonstrado na Figura 7 a seguir.



Fonte: MOURÃO, 2017

Segundo Lancelotti (*apud* TV 247, 2018), os refugiados urbanos são invisíveis nos locais de maior circulação, mas quando são visíveis trazem incomodo. Não os vemos ao caminhar nas grandes avenidas, escolhemos se os vemos nas marquises ou paradas de ônibus, é incomodo a quantidade de elementos que eles carregam, a sujeira, o mau cheiro. Os vemos quando pedem dinheiro no semáforo, ou quando pedem para lavar o vidro do carro ou quando pedem comida na saída do supermercado por exemplo (LANCELOTTI *apud* TV 247, 2018).

Elas são invisíveis nos *shoppings*, nos bancos, nas igrejas. Eles são invisíveis nas grandes festas, como agora na Fan Fest da Copa do Mundo, eles terão que ser invisíveis. E quando eles são visíveis, trazem o incômodo, porque 'não era para te ver aqui, o que você está fazendo aqui?' (LANCELOTTI *apud* TV 247, 2018)

Um relato de uma pessoa situação de rua na Espanha diz que “Na Plaza Mayor é muito tranquilo. As pessoas estão acostumadas a nos ver. Há câmeras de segurança. Prefiro estar aqui e que me vejam, pois os moradores de rua são parte da realidade. Quero que me vejam” (ANÔNIMA *apud* MEDINA, 2018),

A invisibilidade a qual atribuímos as circunstâncias que estes se submetem pode tomar proporções violentas. A vulnerabilidade da rua os deixa muito expostos a hostilidade. Sua fragilidade os torna alvos fáceis para pessoas não educadas,

¹¹ Sociedade ou civilização, qualquer um que não esteja submetido a pobreza extrema. Alguém capaz de efetuar seus direitos e deveres sociais, públicos ou políticos.

ultrajantes e com ódio. Agressões verbais e físicas se tornam um problema que se destaca constantemente.

3.2. Ódio as pessoas em situação de rua

O ódio existe, mas precisa ser superado pelo bem Glucksman (2004). Segundo Glucksman (2004) tal ódio se acha em quem o pratica, “quem incorpora uma fobia sempre a justifica culpando o desprezo coletivo, o qual não deixa de ser um álibi”. Os incidentes registrados pelos refugiados urbanos comumente discorrem acerca do discurso de ódio e dos delitos de ódio; ambas manifestações de desprezo e rejeição. O insulto ou a agressão são exemplares de violência constantes como atos de discriminação.

Para grande parte da população, que não compreende a situação em que os refugiados urbanos necessitaram das ruas, falam um discurso com características repulsivas. A opinião manifestada através de palavras como “seu vagabundo”, “louco”, “sujo”, “fedido”, “coitado”, “vagabundo”, “maloqueiro”, “mendigo”, entre outros é manifestada diariamente (REZENDE, 2017). Tais palavras demonstram uma falta de sensibilidade para com os refugiados urbanos. A fala de ódio, demonstra como o apreço por essas pessoas em situação de rua é nula. O discurso de ódio “consiste em qualquer forma de expressão cuja finalidade consiste em propagar, incitar, promover ou justificar o ódio em direção a determinados grupos sociais, desde uma posição de intolerância” (CORTINA 2017, p. 26).

Tais expressões existem a partir do momento em que tratamos o sujeito vulnerável como objeto, fazendo com que a vítima de tal tratamento se despreze e seja desprezada, quebrando assim a intersubjetividade humana com a falta de reconhecimento de que os interlocutores são válidos e racionais. (SAMPAIO; PAMPONET, 2017)

O discurso de ódio, infelizmente é repercutido diariamente em algum local, demonstrando constantemente como o respeito é inversamente proporcional a intolerância. Segundo Cortina, (2017, p. 22) “é impossível manter o respeito pelas pessoas, defender a base social da autoestima, sem capacitar moralmente os cidadãos a considerar seus concidadãos como pessoas, e não como seres que só merecem ódio, desprezo e rejeição”. Tais atitudes de menosprezo também podem ser consideradas a violação de direitos sociais tornando as pessoas em situação de rua

menos cidadãos, demonstrado através da incapacidade de promover o direito político e social. Mais à frente no trabalho discutiremos este conceito.

O ódio também é manifestado através da violência física. As agressões ou os delitos de ódio são um grande problema para os refugiados urbanos. São considerados delitos de ódio:

[...] todas as infrações administrativas cometidas contra pessoas, propriedade, circunstância da raça, etnia, religião, prática religiosa, idade, falta de capacidade, orientação sexual, situação de pobreza e exclusão social, ou qualquer fator similar, como diferença ideológica, desde que se possa ser entendido como atos de violência, hostilidade e intimidação a pessoas selecionadas por sua identidade, que são percebidas como diferente por atuarem dessa forma. (MINISTRO DA EDUCAÇÃO DA ESPANHA *apud* CORTINA 2017).

Existem algumas características que enfatizam a utilização do discurso de ódio e os delitos de ódio. Entre elas estão: o discurso se dirige contra um indivíduo o incluindo à um determinado coletivo; geralmente, os delitos de ódio são estigmatizados pois denigrem o coletivo; estes atribuem os atos que são prejudiciais para a sociedade, dificultando sua comprovação; de tal forma que geram preconceito formado por murmurações (CORTINA, 2017).

Um exemplo claro do conceito de aporofobia foi repercutido na prefeitura de Porto Alegre através da 'RádioCom', quando a secretária de Desenvolvimento Social e Esporte do município destacou que as pessoas em situação de rua são resistentes aos programas sociais (MULLER, 2019). A secretária disse que "Não vamos admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua" [...] "morador de rua não tem o direito de ter cadeira, cama, mesa, banho, tudo na rua" [...] "Morar na rua significa: com a sua roupa e a sua mochila" nada além disso (MULLER, 2019).

Quando questionado o porquê de tal posicionamento acrescentou:

Nós não vamos admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público e as pessoas não podem levar seus filhos, seus pets. Não têm condições de caminhar nem em uma calçada, porque uma pessoa se acha no direito de morar na rua. Disse Nádia. (MULLER, 2019).

O coletivo se situa como foco do ódio, o incentivo a violência contra os seus membros, a minoria vulnerável; notoriamente, quem pronuncia o discurso e quem comete o delito está convencido de que existe uma desigualdade estrutural entre a vítima e o sujeito, crendo que no caso, o agressor, se encontra em uma posição de

superioridade. Quem comete a agressão incita a violência; não pretende dar argumentos, se não expressar desrespeito, seu objetivo é incitar o ódio e compartilhá-lo (CORTINA, 2017).

Quando o ato de violência tem a motivação “baseada em um preconceito em relação a um determinado grupo ou grupo social” é considerada um crime (HATENTO, c2019). Na Espanha criou-se um ‘Observatório de Delitos de Ódio’ para refugiados urbanos, denominado de Hatento, tem por objetivo “unir as forças, conhecimentos e recursos de várias organizações que **prestam assistência aos refugiados urbano** e à defesa **dos direitos humanos**, a fim de gerar conhecimento confiável sobre o assunto e poder agir contra os crimes de ódio” (HATENTO, c2019) (grifo autor). Esse observatório fez diversas pesquisas contra os delitos de ódio nas pessoas em situação de rua e concluiu que o delito é sempre decorrido pelo discurso. A maioria das agressões ocorrem a noite enquanto os refugiados urbanos dormiam e que duas de cada três experiências foram presenciadas por outras pessoas. O observatório quantificou e registrou que uma a cada três pessoas em situação de rua sofrem com um insulto e uma a cada cinco já foi vítima de agressão física (HATENTO, c2019). Segundo o observatório cerca de 47% das pessoas em situação de rua já sofreram alguma vez com delitos de ódio (HATENTO, c2019).

[...] a população de rua são os novos refugiados urbanos. “Eles são considerados os que enfeiam e chamam à realidade, há um consenso em que atacar a população de rua é correto, são sempre vistos como suspeitos, vivem numa completa situação de refúgio. A rua é uma grande Faixa de Gaza” (LANCELOTTI *apud* TV 247, 2018).

Infelizmente a sociedade utiliza da força para expressar a sua raiva contra as pessoas em situação de rua. Relatos de agressões físicas contra refugiados urbanos são corriqueiras no mundo. Em sua maioria a agressão é tão bruta que visa a morte. Comumente chutes e pontapés, facadas, fogo, tiros, são utilizados para agredir essas pessoas indefesas. Agressões vem comumente da sociedade em si. As principais violações contra as pessoas em situação de rua são:

Chacinas e extermínios, espancamentos, retirada dos pertences, jatos de água, coação, agressão verbal, detenção por vadiagem, impedimento de acessar serviços e espaços públicos, expulsão das regiões centrais da cidade, impedimento de entrar nas cidades, apreensão de documentos, não atendimento pelo SAMU (serviço de atendimento Móvel de urgência) e a criminalização da situação de rua e da pobreza (MNPR, 2010, p. 10).

As agressões mais comuns partem de pessoas jovens geralmente na saída de festas. Segundo o Observatório Hatento, cerca de 28,4% dos delitos são causados por estes; 10,1% das agressões são incitadas por policiais e 7,3% com pessoas de ideologia Nazista (HATENTO, c2019). Em grande parte dos casos apresentados existem testemunhas nos locais dos incidentes e 68,4% das vezes estas não tomaram nenhuma atitude. Em 2016 na Espanha, segundo Medina (2018), quase metade dos refugiados urbanos entrevistados sofreram algum incidente ou crime relacionado com a aporofobia, em 80% dos casos mais de uma vez.

O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é uma estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo. (...) o mau cheiro lhes é útil, pois funciona como defesa e como proteção, afastando as pessoas. (...) O corpo é o último território que sobrou para aquela pessoa; ela perdeu, do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo. (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Na Espanha segundo o Observatório Hatento uma pessoa em situação de rua foi agredida por 03 jovens entre 20 a 22 anos e jogada em uma das fontes da cidade (HATENTO, c2019). Tal incidente ocorreu em Fevereiro de 2019. Infelizmente, apesar das diversas lesões no corpo, a pessoa acabou tendo uma hipotermia grave e ficou hospitalizada (HATENTO, c2019).

Os delitos de ódio dificultam o cumprimento de uma sociedade democrática e igualitária. Segundo alguns pesquisadores, o grau de liberdade em um país é proporcional ao grau de democracia neste. Os delitos de ódio podem ser modificados com a construção da igualdade através da conformação de ações e instituições políticas e econômicas ajustadas. A dignidade e a compaixão podem sim, romper barreiras para a cooperação universal, humanizadora (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Outro exemplo ocorreu durante o inverno rigoroso em 2017, quando uma empresa terceirizada para fazer a 'limpeza urbana' foi denunciada por disparar jatos d'água sobre os refugiados urbanos em São Paulo. Segundo a empresa "os jatos disparados não foram mirados em cima dos moradores, mas sim do seu lado" (BITTENCOURT, 2017). Segundo a prefeitura de São Paulo, a 'limpeza' é feita pela manhã bem cedo; horário este quando muitos refugiados urbanos ainda estão dormindo e são acordados com os respingos da água. Segundo o relato de um morador de rua "a limpeza chega já jogando a água, recolhendo tudo, quem estiver dormindo na calçada aí... Não dá nem tempo de levantar. Molha tudo, tem muita

coberta molhada, perde-se de tudo” (BITTENCOURT, 2017). Corriqueiramente em São Paulo na Praça da Sé, ações de ‘limpeza’ são feitas. A denúncia ocorreu ano passado, porém foi desmentida pelo próprio prefeito dizendo que a alegação era falsa. Em 2018 foi flagrada a ação corriqueira da ‘limpeza urbana’, ao lado direito da imagem um refugiado urbano dormia, enquanto o responsável da limpeza direciona um jato de água dele, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 – “Limpeza” urbana



Fonte: BITTENCOURT, 2017

Outras ações contra as pessoas em situação de rua são promovidas pelos gestores locais como a retirada de seus pertences, lençóis, carrinhos, entre outros, por deixarem as ruas feias e cheias de lixo, são corriqueiros. Em maio de 2017 houve um delito de ódio que foi bastante disseminado pela internet quando 3 policiais da guarda civil metropolitana do estado de São Paulo abordaram um refugiado urbano próximo ao metrô. A abordagem ocorreu pelo fato da pessoa em situação de rua estar com um carrinho de supermercado com seus pertences e foi questionado aonde estaria a nota fiscal pelos produtos. Na figura 9, o sujeito não teve como apresentar a nota e acabou sendo agredido e seus pertences foram levados.

Figura 9 – Polícia agride refugiado urbano



Fonte: G1 SÃO PAULO. 2017.

Um relato de delito de ódio aconteceu na cidade do Recife, Pernambuco, no dia 27 de Fevereiro de 2019, em uma das avenidas mais movimentadas que conecta o centro a zona Oeste da cidade. Na Avenida Caxangá, rua arterial que cruza grande parte da cidade, é comum encontrar alguns refugiados urbanos. Uma mulher entre 25 e 30 anos de idade, denominada por Carla, dormia em baixo do viaduto por volta das 05:30, ela acordou com queimaduras nos braços, troncos e pernas (RÁDIO JORNAL, 2019Desesperada, Carla foi levada por alguns taxistas ao hospital mais próximo aonde foi atendida rapidamente. Ela não viu quem havia a queimado (RÁDIO JORNAL, 2019). Carla era conhecida no local por ser usuária de drogas. A Figura 10 mostra o local aonde dormia, embaixo do viaduto, quando atearam fogo.

Figura 10 – Local da agressão



Fonte: RÁDIO JORNAL, 2019

3.3. Arquitetura Antimendigo

Ações realizadas pela iniciativa privada e pelo poder público chamam a atenção pela sua crueldade motivada pela ideia que as pessoas em situação de rua não devem estar nos locais públicos pois sujam o espaço urbano e não devem ser vistas. Mudanças no mobiliário urbano, no projeto de edifícios e no uso dos espaços de circulação onde fosse possível a permanência prolongada, foram repensadas em diversos locais, prevendo a apropriação de espaços conflituosos. A arquitetura passou a ter mais uma função defensiva se tornou uma “espécie de indelicadeza que é considerada, projetada, aprovada, financiada e concretizada com o motivo explícito de excluir e assediar” (ANDREOU, 2015). Recebeu diversos nomes como arquitetura defensiva, arquitetura hostil ou arquitetura antimendigo.

Tal tipo de arquitetura foi denominada pelo artista Nils Norman, que documenta o fenômeno da arquitetura defensiva, como “o terror vernacular” (ANDREOU, 2015). Segundo Nils “enquanto os espaços da cidade se tornam mais limpos e mais seguros simbolicamente, o design defensivo se torna mais abundante e paranoico”. (ANDREOU, 2015). Acaba se tornando “um sintoma do choque entre privado e público, de necessidade e propriedade” (ANDREOU, 2015). Se torna exemplo de aporofobia e rejeição explícita aos refugiados urbanos.

No Rio de Janeiro em Copacabana os problemas com as pessoas em situação de rua aumentaram de tal forma que a iniciativa privada dos prédios tomaram atitudes

antimentigo. Os residentes alegam que os refugiados urbanos se abrigavam nas marquises dos prédios e os importunavam, pedindo dinheiro e comida, como também o uso de drogas e de bebidas, cenas explícitas de masturbação e se tornaram impetuosas (OUCHANA; RAMALHO, 2017). A situação se descontrolou e os edifícios então passaram a adotar medidas higienistas.

Alguns prédios da região removeram as marquises para que nenhum refugiado urbano se abrigasse nelas, além da colocação de holofortes e pedras afiadas. Outros edifícios cercaram suas calçadas e alguns adotaram o uso de arames farpados (OUCHANA; RAMALHO, 2017). O Edifício Roxy por exemplo, instalou um tipo de esguicho na marquise para molhar a calçada (OUCHANA; RAMALHO, 2017). O síndico do prédio justificou, é apenas o 'chuveirinho' para um jardim:

Enquanto o jardim não chega, a gente vai usar para lavar a calçada, até porque os moradores de rua quando saem daqui deixam lixo, fezes e urina. O mau cheiro incomoda. Não instalamos isso para atingir as pessoas, até porque a água quando cai escorre pelo canto e corre pela calçada. (OUCHANA; RAMALHO, 2017)

Por mais que a atitude possua uma justificativa, a ação do condomínio foi indicada como absurda e discriminatória por alguns e elogiada por outros.

Em Londres algumas ações de moradores e de comerciantes ilustram a arquitetura hostil como demonstrado nas figuras 11 e 12. Uma residência criou uma rampa metálica por cima da escada que dá acesso a sua casa e uma loja colocou tachinhas em frente a janela para que ninguém possa dormir, sentar ou descansar em frente.

Figura 11 – Rampa em na porta da residência como arquitetura antimendigo



Fonte: BBC BRASIL, 2016.

Figura 12 – Lojas colocam 'spikes' em janelas, exemplo de arquitetura antimendigo



Fonte: FORUM, 2014.

Outro exemplo foi a própria sede da Receita Federal no Rio de Janeiro que cercou a sua calçada com grades para prevenir mendigos de chegarem perto dos portões como demonstrado na figura 13.

Figura 13 – Grades para não abrigar pessoas em situação de rua em prédio público



Fonte: LETTIERE, 2017

Em algumas cidades no mundo atitudes dos principais gestores para que os refugiados urbanos não ocupem locais de maior visibilidade como viadutos, marquises, bancos entre outros foram tomadas. Tais ações de aporofobia foram denominadas como um ‘guia de comportamento’, ou um símbolo para os higienistas para que ‘as ruas não ficassem sujas’ de pessoas em situação de rua. Essas ações tem sido vistas como referência para a ‘proteção’ do patrimônio público.

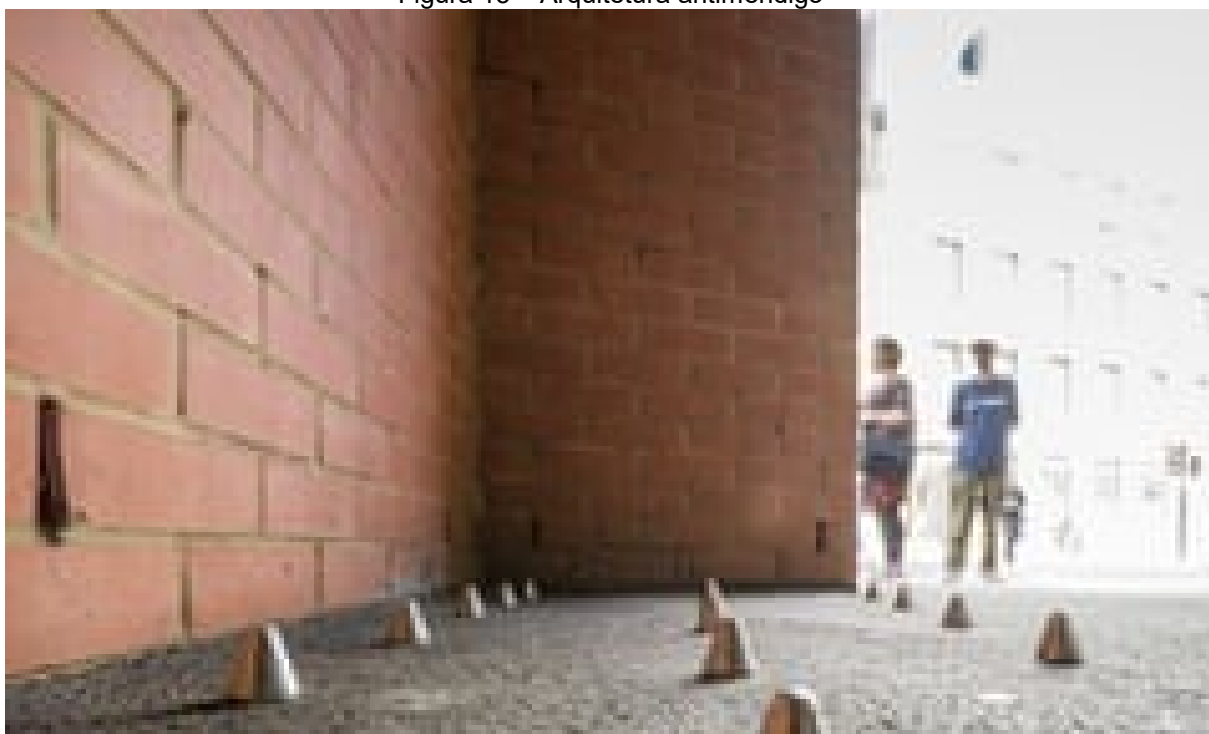
A arquitetura antimendigo “trata-se de uma arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos/artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espacos das cidades e dos edifícios. Subtração ao direito coletivo à cidade” (FERRAZ *et al*, 2015). Conforme se vê na figuras 14, 15 e 16 algumas ações de arquitetura antimendigo, como colocar espetos em bancos, taxinhas embaixo das marquises, ou pedras embaixos de possíveis abrigos em viadutos.

Figura 14 – Impossível deitar nesse banco



Fonte: TRIBUNA, 2018

Figura 15 – Arquitetura antimendigo



Fonte: ANDREOU, 2015

Figura 16 – Arquitetura defensiva



Fonte: ANDREOU, 2015

São construções urbanas e paisagísticas como: espetos, muretas, gradis, pedras, objetos afiados, nas calçadas e vitrines, muros altos, buscando dar uma ‘proteção’ e deixar os locais públicos transitáveis sem locais onde seja possível sentar, se abrigar ou deitar.

A tentativa de total controle sobre o espaço público gera não só intervenções do poder público para afastar, ou apagar a presença da população sem-teto e se materializam, no espaço público, como símbolo da intolerância e da repulsa de classe. (FERRAZ *et al*, 2015).

A arquitetura defensiva é um reflexo da aporofobia por tentar manter a pobreza invisível. Tal atitude coletiva segundo Andreou, (2015) “é a expressão agregada, concreta e cravada de uma falta de generosidade de espírito” em uma sociedade preconceituosa. Este modelo de arquitetura acaba intensificando ainda mais para o problema social tornando os refugiados urbanos constantemente despercebidas, ignoradas e invisíveis.

A pobreza existe como uma realidade paralela, mas separada. Os planejadores da cidade trabalham muito duro para mantê-lo fora do nosso campo de visão¹². É muito miserável, muito desanimador, doloroso demais para olhar para alguém defecando em um parque ou dormindo em uma porta

¹² Uma espécie de escolha seletiva de quem vê, os tornando invisíveis.

e pensar nele como ‘filho de alguém’. É mais fácil vê-lo e fazer apenas a pergunta insensatamente egocêntrica: ‘Como a falta de moradia me afeta?’ Então, nós cooperamos com o design urbano e trabalhamos duro para não ver, porque não queremos ver. Nós concordamos tacitamente com esse apartheid (ANDREOU, 2015).

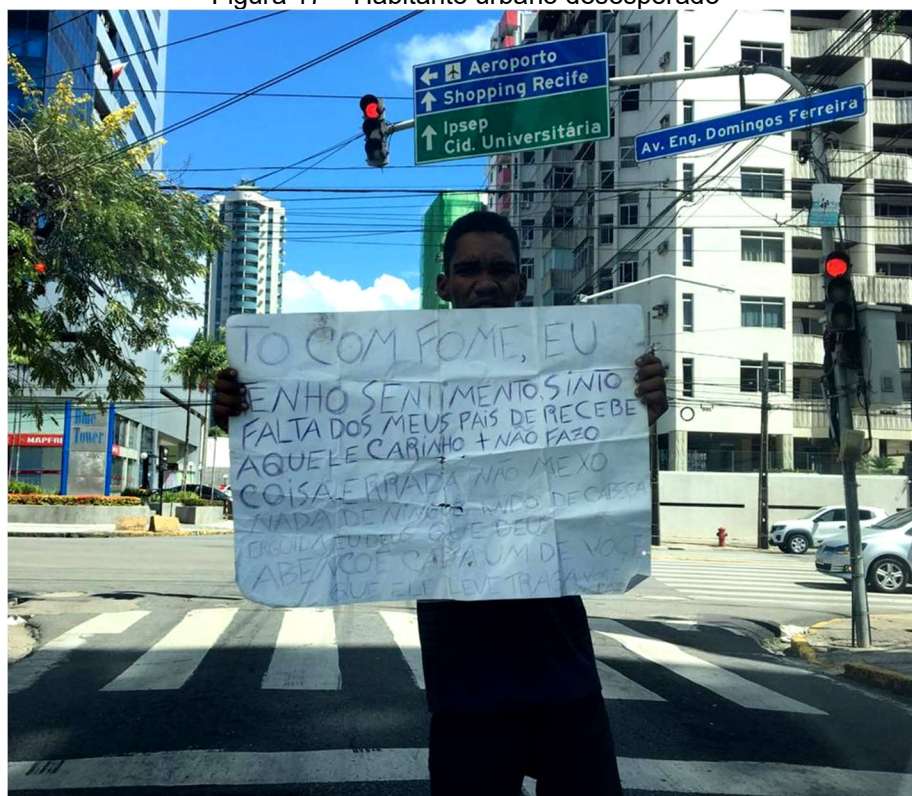
De acordo com a coordenadora estadual do movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, “Somos pessoas que temos apenas o direito de não ter direitos. Somos o lixo da sociedade, que nossos governantes querem colocar debaixo do tapete. Essa é a visão que a sociedade possui das pessoas em situação de rua”. A rua não é local de moradia. Residir nas ruas muitas vezes se torna a única opção, é a representação da violenta retirada dos direitos básicos.

4. RUA: local de moradia?

Rua, logradouro, via urbana, é o espaço exterior público de livre transição entre locais. A rua é onde o convívio social é frequente por conduzir o trajeto rotineiro e por ser local de atividades em comum; é a passagem para qualquer lugar, seja para residências, comércios ou locais institucionais. Rua é o local previsto para dar acesso ao abastecimento e a provisão, por elas é que os meios básicos de sobrevivência (água, energia, gás, saneamento, mobilidade) humanos se dão. A rua por sua vez não possui características onde seja possível a situação de residência, mas se torna, em diversas maneiras, mesmo sem serem projetadas para isso, locais onde há a permanência prolongada, onde tornam-se moradia.

Segundo Marcio (*apud* MELO, 2019) “as pessoas que perdem suas moradias, caso elas não tenham uma rede social de amparo, e a rede social de amparo estatal não é eficaz, essa pessoa vai naturalmente parar na rua”. Para os refugiados urbanos em circunstâncias de extrema pobreza, a rua se torna a única opção para que este possa sobreviver, o tornando assim em uma pessoa em situação de rua. A Figura 17 foi tirada em um semáforo na cidade do Recife quando uma pessoa em situação de rua segura um cartaz dizendo: “Tô com fome, eu tenho sentimentos, sinto falta dos meus pais de receber aquele carinho. Não mexo nada de ninguém, ando de cabeça erguida em Deus. Que Deus abençoe cada um de vocês que ele leve e traga em paz”.

Figura 17 – Habitante urbano desesperado



Fonte: AUTORA, 2019.

Apesar dos obstáculos e vulnerabilidade física e social de se morar nas ruas, como mostrado no capítulo anterior, há diversos fatores que contribuem para que as pessoas em situação de rua passem a habitá-las, sumariamente divide-se em ordem estrutural ou ordem individual (RICARDO, 2017). Os fatores de ordem estrutural incluem motivos que não permitem a integração do indivíduo a sociedade, por exemplo: o desemprego, o abandono familiar, a falta de família e a situação econômica. Já os de ordem individual como o desajuste social, problemas psicológicos e o vício em drogas ou álcool, dependem do indivíduo como um todo, de ser adaptável. Tais problemas que implicam ida às ruas revolucionam o modo de vida destas pessoas. Muitas pessoas acabam buscando nas ruas uma saída, para a situação em que elas vivem; a rua acaba se tornando um refúgio, único abrigo (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Alguns elementos arquitetônicos como marquises, criam uma certa “proteção” contra intempéries climáticas, como o sol intenso ou a chuva, mas não podem ser consideradas um abrigo, ou local seguro de amparo. Áreas públicas sem infraestrutura para habitabilidade de longa permanência acabam se tornando uma espécie de

“refúgio¹³”. Como demonstrado na Figura 18, é a noite em que a rua mostra a quantidade de refugiados urbanos que buscam descanso da vida cheia de dificuldades. Quando toda a cidade dorme, a noite dos desabrigados está só começando.

Figura 18 – A noite nas ruas



Fonte: Fonte: ASMETRO-SN, 2017

A rua se torna o seu amparo involuntário, a busca esperançosa de um descanso no modo de se abrigar do frio perigoso da noite (LANDI, 2011). A vida nessas condições precárias é difícil e cheia de problemas.

A falta de um teto eleva os riscos de saúde desse grupo, que se torna um desafio para as políticas públicas, uma vez que as condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas pessoas que vivem nas ruas, vinculadas às questões psicossociais, acarretam sofrimentos e prejuízos físicos e emocionais. (SAMPAIO; PAMPONET, 2017)

Pessoas em situação de rua enfrentam diversos problemas diariamente, a falta de infraestrutura básica a qual seria possível os requisitos básicos da manutenção de higiene e a falta de privacidade são muitas vezes inexistentes e se tornam obstáculos em suas vidas (SAMPAIO; PAMPONET, 2017). Obstáculos estes que dificultam as circunstâncias sociais e físicas do indivíduo. A rua é a única forma de

¹³ Ou espaço de apoio temporário.

moradia destas pessoas. Para muitos o céu é o seu teto, os limites dos prédios suas paredes. Deve se procurar um cano estourado, ou entrar dentro das fontes para se tomar um banho. Não há privacidade para se trocar de roupa, dormir, entre outros. Sua vida é completamente pública. A higiene depende de quando ou aonde tem um cano estourado, ou local onde seja possível um banho; os dejetos acabam entrando em contato com o corpo, ou com os pertences por exemplo. Entre outros fatores que são mais inacessíveis como a saúde bucal, o cuidado com os pés, visto que andam muito descalços, etc. Muitos refugiados urbanos comumente procuram algum tipo de acolhimento aonde for oferecido para suprir o mínimo de suas necessidades.

Normalmente, o que ocorre com o morador de rua é a total inexistência de um território de proteção [...] Sua terra é improvisada à beira da calçada ou sob viadutos e marquises, demonstrando que as instalações são amplamente precárias, falta-lhe infraestrutura (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Na rua não se tem hora para nada e há uma dependência da adaptação do cotidiano da cidade, que influencia na criação de uma rotina. A cidade possui diversos pontos onde geralmente são ofertados alimentos ou afeto, geralmente nos centros, pois esses espaços são de grande circulação, considerados espaços de visibilidade (MARCIO *apud* MELO, 2019). A dependência de pessoas que ofertem tais suprimentos se torna essencial para subsistência, desta forma, sempre se busca habitar locais onde tais necessidades sejam supridas e visíveis. Faz-se necessário administrar atenciosamente as suas escolhas pois se torna habitual o ciclo de perdas e ganhos. Para muitas pessoas em situação de rua a privacidade e a tranquilidade de ter uma casa se torna um sonho distante (KOHARA, 2019).

A rua recebe assim diversos atributos, porem os mais frequentes são liberdade e insegurança (MELO, 2019). Insegurança por estar a mercê sem proteção em local de vulnerabilidade como já citado, e liberdade de não possuir rotina ou obrigações, de fazer o que quiserem. Tal liberdade é contestada pois depende-se de terceiros para higiene e alimentação.

Ela vai perambular de cidade em cidade ou dentro da mesma cidade por vários locais e vai perdendo essa coisa fundamental, o direito de ter memória, de pertencer a uma comunidade (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Eles são moradores nas ruas, porque chamá-los de moradores de rua, além do conforto contraditório, se a rua fosse deles, eles teriam onde construir e morar. Rua não é feita para morar de nada nem de ninguém. Rua surge por

ser caminho público ladeados de casas ou muros nas povoações. A rua só existe, porque existe alguma morada. Então rua não é causa é consequência, nunca ouvi dizer que um engenheiro se especializasse em fazer ruas. Agora, se eles existem, por favor, me perdoem a ignorância. Projetem ruas mais dignas e mais confortáveis, porque há crianças morando nelas (LIMA, 2016).

4.1.O esvaziamento dos centros urbanos e a ocupação da população em situação de rua

Observa-se que os centros urbanos vêm perdendo destaque em diversos aspectos; esse fenômeno é conhecido como o esvaziamento dos centros urbanos. Segundo Silva 2005 é um “processo lento e gradual de transferência de atividades e equipamentos urbanos tradicionalmente centrais, ligados ao comércio, à cultura e ao poder, que passam a se localizar em áreas periféricas ou outros bairros fora da área central” (SILVA, 2005). Historicamente teve início na década de 1950 com a expansão do transporte que gerou novos bairros e com a possibilidade de aquisição da casa própria mesmo longe da cidade (VILLAÇA, 2019). Novas áreas centrais surgem, atividades concorrentes em novos bairros, a percepção de que o antigo centro está superlotado e a partir da década de 1980 os centros urbanos passaram a entrar em decadência mundial (VILLAÇA, 2019).

Já em 1990 os edifícios históricos do centro ora abandonados ou fechados, se tornaram alvo da iniciativa privada para empresas, por criarem uma imagem marcante, aliado ao significado cultural e ao incentivo municipal na tentativa de dar novo uso aos prédios desabitados (VILLAÇA, 2019). O esvaziamento do centro acontece com a fragmentação do conteúdo urbano natural que era concentrado anteriormente principalmente sem a moradia (SILVA, 2005). Atualmente a população em situação de rua encontra-se majoritariamente nos centros urbanos em diversas cidades, pois é o local propício devido ao fenômeno do esvaziamento pelos quais vem passando. A área abandonada durante a noite e finais de semana, com refugiados urbanos, sem ter para onde ir resulta em ocupação urbana de ruas.

O fenômeno do centro da cidade superativo durante o dia e inerte a noite é atrativo para pessoas nessas situações, o quadro se repete em diversas cidades do país, (CONSTANTINO 2017). Alguns exemplos desse evento do esvaziamento do centro no país em capitais como em São Luiz (MA), Salvador (BA), Tiradentes (MG), Curitiba (PR), São Paulo (SP), seja por atividade econômica reduzida, conflitos sociais, interesse no mercado de consumo cultural com baixa atividade econômica ou

o alto valor imobiliário e baixa diversidade urbana (VILLAÇA, 2019). As figuras 19 e 20 a seguir mostram duas praças no centro de grandes cidades que sofrem com o esvaziamento da cidade e local de permanência de diversas pessoas em situação de rua.

Figura 19 – Centro urbano de Nova Friburgo (RJ)



Fonte: ALT, 2017.

Figura 20 – Praça Rui Barbosa, centro urbano de Curitiba



Fonte: SARZI, 2018.

4.2. Soluções paliativas

Tem gente que acha que as pessoas estão na rua porque querem, mas cada um tem uma história. Quem sempre morou na rua tem muito mais dificuldade de integração em uma escola, em um albergue. É preciso um acompanhamento muito mais complexo, que às vezes não acontece. A rotina é algo difícil de manter se você nunca teve pai e mãe, se quase não foi à escola (CLAÚDIO *apud* ARAÚJO, 2016¹⁴).

Diversas ações vêm sendo feitas como soluções paliativas para auxiliar os refugiados urbanos. Serviços como alimentação, vestuário, higiene pessoal, identificação, abrigo e avaliação médica. Como já citado os refugiados urbanos são invisíveis, mas fazem parte de uma demanda assistencialista, hora não percebida por alguns. Atualmente algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) aliadas à iniciativa privada e a instituições religiosas procuram levar auxílio para essas pessoas constantemente, seja com banhos públicos, alimentação, agasalhos, entre outros.

Demais soluções a curto prazo que podem solucionar pontualmente algumas dificuldades como: a privacidade e a higiene seriam a construção fixa de equipamentos públicos para os refugiados urbanos. A criação de banheiros e chuveiros coletivos, ou um local para armazenamento de pertences pessoais auxiliaria na privacidade destes.

Diversas iniciativas privadas como a Pastoral do Povo de Rua, o Instituto Pelo Bem, Os Samaritanos, o Projeto Renovar, entre diversos outros, tem por objetivo amenizar os problemas das pessoas em situação de rua oferecendo auxílio médico, psicológico, alimentos e banho. Outra iniciativa é a Fundação Oásis e o Projeto Gadareno; iniciativas das igrejas protestantes com o objetivo de reintegrar socialmente o refugiado urbano, resgatando a dignidade humana através de incentivos e suporte resgatar a vida dessas pessoas.

Numerosas iniciativas privadas oferecem o banho solidário que acontece em diversos locais de diversas formas. Uma ideia diferente do projeto Renovar foi a de um veículo itinerante, onde fosse possível a locomoção (ser puxado), a privacidade e o mínimo necessário para que uma pessoa consiga tomar um banho decente e escovar os dentes. Foi criado então um banheiro masculino e outro feminino que são abastecidos com água transportada por uma caminhonete. O descarte é feito como se fosse a água da chuva, diretamente para o esgoto. Segundo um dos

¹⁴ Claudio é uma pessoa em situação de rua que se dispôs a fazer parte da entrevista.

coordenadores, “É um banho de hotel, com água pressurizada. É um jato gostoso. Além do banho, tem shampoo, fica com cheiro agradável” (ALMIRANTE, 2015). A ideia se disseminou em grandes cidades do país e está presente em diversos estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas. A ação acontece com uma certa regularidade, seja de 15 em 15 dias ou uma vez por semana, geralmente nos centros das cidades. Outras organizações com infraestrutura fixa também abrem suas portas para a possibilidade de higiene dessas pessoas.

Mesmo não sendo algo corriqueiro ainda sim é muito limitante poder tomar um banho apenas quando alguém se dispuser a auxiliá-lo. O Projeto Renovar é uma das instituições privadas sem fins lucrativos que visa auxiliar a população em situação de rua. Segundo a coordenadora do Renovar, Anna Beatriz Lima diz que: “Essa ação foi um sonho realizado. O banho, que é banal para mim, para você, que podemos tomar dois, três por dia, é algo que eles não tomam há 15 ou 20 dias. Eles não têm oportunidade de ir a um banheiro quando querem” (*apud* FREIRE, 2019). A Figura 21 a seguir ilustra o veículo e como é feito o seu transporte em Maceió. Nessa ação em Maceió muitas vezes se disponibiliza alimentação e cortes de cabelo.

Figura 21 – Projeto Banho Solidário



Fonte: FREIRE, 2019

Em alguns estudos feitos em Paris, atestam que o maior desejo dessas pessoas não é dinheiro, mas muitas vezes não serem despercebidos, “um simples bom dia” seria satisfatório. Pensando nesse estudo foi desenvolvido um aplicativo ‘*We Save Homeless*’ que busca expandir a rede de amparo aos moradores de rua, criando uma plataforma online de rastreamento e necessidades de cada indivíduo que cria o link entre as ONGs de apoio e os cidadãos (ULULE, 2017). Uma organização entra em contato com a pessoa em situação de rua e pergunta se ele quer fazer parte da rede, caso aceite coleta-se as suas informações pessoais, pergunta-se quais as suas maiores necessidades e tudo fica em um cartão para ele, com acesso online que é compartilhado entre os cidadãos, as ONGs e a prefeitura. Para atualizar as necessidades do indivíduo precisa-se do cartão dele cuja leitura é feita através do aplicativo.

Com o rastreador no cartão é possível saber aonde encontrar o indivíduo (ULULE, 2017). O aplicativo mostrara as estatísticas das maiores necessidades e também proverá informações de ações associadas como locais de doações. A estabilidade para essas pessoas depende do cidadão pois o objetivo é direcionar todas as doações para as ONGs que irão distribuir conforme a necessidade de cada um. Os refugiados urbanos se integram a sociedade se tornando visíveis ao saberem quem são, o que passaram para estar ali e quais as suas necessidades latentes, os cuidados necessários, criando uma comunicação. A ideia foi desenvolvida por estudantes da escola *LilleEPITECH* e financiada coletivamente, segundo eles, “primeiro se cria um link para, quem sabe, depois se criar um laço” (ULULE, 2017) O aplicativo foi reconhecido mundialmente porém não foi colocado em prática por falta de investimento.

Outro paliativo para melhoria da qualidade de vida dessa população seria a facilidade de obter documentos sem um endereço fixo. Um exemplo para essa solução que ainda está em experimento foi o passe livre estudantil para jovens estudantes em situação de rua (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2017). Tal ideia foi disseminada pela prefeitura do Distrito Federal deixando estudantes usarem o endereço do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP¹⁵ como válidos para

¹⁵ Centro POP, é uma “unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua” que funciona como ponto de apoio oferecendo locais para “guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação. O endereço do Centro Pop pode ser usado como referência do usuário” (Secretária Especial do Desenvolvimento Social, 2015). É ligado ao Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS, que “realiza atendimentos individuais e

a identificação de residência, facilitando a locomoção destes pela cidade (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2017). Tal iniciativa também poderia ser válida para retirada de outros documentos por exemplo.

Albergues também são outra alternativa para sanar a curto prazo a problemática das ruas. Mesmo não sendo uma solução, pois não se é possível morar em um albergue, pois a real necessidade é um abrigo de permanência fixa, UM domicílio. Os albergues em si possuem diversos problemas. Inicialmente poucos albergues se encontram nas principais cidades brasileiras. Estes, dependem unicamente de ações governamentais, geralmente municipais, para a sua existência, que não supre a demanda. Um dos principais problemas destes é a limitação de liberdade que oferecem. Diversos albergues foram criados em 2016 para amenizar a situação emergencial do frio nas ruas de São Paulo suportando até 10 mil vagas (PT, 2016). A Figura 22 a seguir demonstra internamente como são estruturados tais albergues.

Figura 22 – Descanso de uma longa noite em Albergue



Fonte: PT, 2016

coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua” (Secretária Especial do Desenvolvimento Social, 2015).

Mesmo com a criação de diversos novos abrigos no país estes ainda não suprem o déficit devido ao aumento de pessoas em situação de rua nas grandes cidades.

As medidas paliativas são necessárias, mas é preciso criar portas de saída. São Paulo acha que um prato de comida e uma cama resolve o problema do morador de rua. Não resolve. Mesmo projetos para proporcionar habitação fixa podem fracassar. Tem que ter um acompanhamento. Se faz curso de capacitação, é preciso pensar na empregabilidade. Se vai para uma casa fixa, no desenvolvimento da autonomia, da capacidade de sustento. Este processo é essencial (CORREIA *apud* ARAÚJO, 2016¹⁶).

Um estudo realizado em Lisboa, que se propôs a fazer uma análise psicológica em pessoas em situação de rua em albergues analisou que os refugiados urbanos consideram que “os técnicos não se empenhavam o suficiente e é fundamental desenvolver sistemas de apoio que se adaptem às necessidades, às especificidades e aos ritmos da população” de rua (SOUSA; ALMEIDA, 2001). Muitos dos refugiados urbanos possuem animais de estimação, carroças, ou algum tipo de elemento para transportar seus bens; nos albergues, muitas vezes não há locais para estes, muito menos segurança para que sejam guardados e devolvidos. Outros problemas como maus tratos dos funcionários, camas sujas, companheiros de quarto barulhentos e demais dificuldades também implicam com a ida das pessoas aos abrigos.

Tem casa tão péssima que o morador de rua prefere ficar no frio. Falta higiene, falta preparo dos funcionários, tem muito furto de pertences, apesar da existência dos maleiros, sem contar o medo de doenças quando há aglomeração (CORREIA *apud* ARAÚJO, 2016).

Ações governamentais como sopões ou albergues buscam auxiliar na prevenção dos problemas através de abrigos, informações ou documentações. Mesmo assim, tais iniciativas são falhas e carentes. É necessário ficar atento no local onde haverá a distribuição da sopa, ou aonde que estão dando roupas, qual será o local mais tranquilo para passar a noite, entre outras tendências de fluxos¹⁷ devem ser averiguadas constantemente. A dificuldade em obtenção de informações como características e dinâmicas desse grupo populacional nega seus direitos.

¹⁶ Robson César Correia, fundados do Movimento Estadual das Pessoas em Situação de Rua em São Paulo

¹⁷ Análise de locais que possuam a tendência de algo, por exemplo local onde seja possível afeto, higiene própria, entre outros.

Todos nós temos direitos sociais, um lugar de cidadania que deveria ser garantido. Mas se você vive na rua, por exemplo, perde o direito de entrar em certos espaços, por razões como as suas vestes e a sua aparência. E isso é a desfiliação. Parte da cidade é negada a você (GASPARETTO¹⁸ *apud* ARAÚJO, 2016).

Como citado, diversas ações ocorrem como auxílio paliativo para as pessoas em situação de rua, mesmo obtendo o resultado desejado, a longo prazo, se tornam pontuais devido a sua pontualidade, não abrangendo o déficit e a real necessidade das pessoas sem albergues. Essas pessoas que estão nas ruas têm várias necessidades, mas a mais importante que as coloca em estado de vulnerabilidade e que constata todos os demais problemas citados é a falta de moradia.

Ninguém mora na rua, a pessoa que está na rua não está tendo a acesso a um direito à moradia que é previsto por lei, um princípio fundamental da nossa Constituição. Então não existem moradores de rua, existem pessoas que estão tendo os direitos violados de moradia (MELO, 2019).

4.3. Direito a moradia

A própria natureza esclarece a indispensabilidade de um lar para o ser humano, pois é de certo que nenhuma criatura vive sem um lugar de referência. O sujeito que tem sua casa, tem sua individualidade conservada e por consequência tem mais condições de efetuar um papel digno e meritório na sociedade (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**” (ONU, 1998) (grifo nosso). Segundo a Constituição Brasileira de 1988 em seu Art.5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à **segurança** e à **propriedade**”, e o Art.6º diz que: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (grifo nosso). A moradia, a propriedade, pode ser então considerada a consolidação dos direitos sociais, do direito civil. A constituição indica moradia como direito ao domicílio definitivo ou residência permanente, onde sua vida e pertences sejam transferidos à algum local (LADO DIREITO, 2014).

¹⁸ Daiane Gasparetto psicóloga e doutoranda da Universidade Federal do Pará e autora da dissertação “Corpos em situação de rua em Belém do Pará: os testemunhos da desfiliação social”

Como citado a habitação provê esperança e dignidade ao indivíduo. A habitação se torna o mecanismo fundamental para que todos os demais direitos possam ser estruturados. O acesso a um endereço próprio tem como efeito o usufruto dos demais direitos sociais. A moradia em si reduz os danos, ela faz com que a saúde, a educação, a segurança se tornem consequências.

Nesse sentido, temos a habitação como mecanismo fundamental para a realização da cidadania, e a prestação do direito à moradia propicia ao ser humano o gozo de uma vida de respeito e desenvolvimento, em que essa diretriz está intrinsecamente conexa com os demais direitos fundamentais e particularmente com o princípio da dignidade da pessoa humana. (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

A habitação adequada aborda a segurança legal da posse, a disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, um custo acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e a adequação cultural (ITS BRASIL; SEDHPR, [201-])

Uma das maiores problematizações do direito à moradia para as pessoas em situação de rua é a falta de compreensão da demanda pelos órgãos estatais. Infelizmente depende de cada prefeitura municipal para que haja uma quantificação das pessoas que estão passando por este problema. Não há uma visão ampla do déficit para que haja uma política habitacional efetiva (KOHARA, 2019). Essa realidade demonstra uma total ausência do Estado e expõe de forma clara os aspectos da exclusão social e a inadequação dessas pessoas à realidade econômica, já que possuem pouca escolaridade ou qualificação profissional (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

O acesso a habitação é a concretização da cidadania, da vida saudável e plena. A realização da cidadania é a prestação do direito à moradia, quando a vida é respeitada e desenvolvida com o princípio fundamental da dignidade humana (SAMPAIO; PAMPONET, 2017). Infelizmente muitas pessoas tem esse direito violado.

Entendemos que a cidadania pode ser conceituada como condição do cidadão, que está no pleno exercício dos seus deveres e direitos, que estão intimamente relacionados e a efetivação destes auxiliam em uma sociedade estabilizada e igualitária (SAMPAIO; PAMPONET, 2017).

Cidadania pode ser considerada o pertencimento do indivíduo “a sociedade estatal, como possuidor dos direitos fundamentais” entre eles o respeito, a honra, a dignidade mutua, visando o progresso da nação (SAMPAIO; PAMPONET, 2017). Para

Piovesan (1999 *apud* SAMPAIO; PAMPONET, 2017) “O que se questiona aqui, não é a falta de cidadania que esse cidadão tem para com a sua cidade, e sim a falta de pertencimento a um Estado-nação” que dá as costas ao indivíduo que mais precisa de apoio.

Um exemplo de organização para luta da cidadania dos refugiados urbanos é o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, uma associação que visa a defesa dos direitos sociais, civis e culturais através de políticas públicas demonstrada com a força do coletivo. O movimento é o resultado da corporação de forças dos: catadores de materiais recicláveis, da população em situação de rua e de ONGs. A partir de 1990 diversas manifestações, mobilizações, fóruns e debates pelo país surgiram e oportunidades de parcerias com conselhos de assistência social que deram visibilidade. Em 2004 a chacina da Praça da Sé, São Paulo proporcionou uma grande comoção nacional ao ver o martírio de alguns refugiados urbanos e em 2005 surgiu o MNPR (MNPR, 2010). O movimento busca despertar a consciência política, pressionando os governantes e mostrando a importância da política públicas cujo objetivo é de gerar segurança e bem-estar à pessoa e à família. Segundo a Cartilha Conhecer para Lutar (2010, p. 8) “a cidadania e a democracia só existem de verdade se houver o acesso e garantia dos direitos fundamentais à existência humana [...] direito à cidade sustentável e democrática é o direito ao uso da terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Em 2008 o Conselho Nacional de Assistência Social elegeu um representante do MNPR e em 2009 o decreto presidencial nacional sobre os direitos políticos estabelecidos para população em situação de rua foi decretado.

Algumas políticas foram criadas para a implementação e garantia de alguns direitos sociais. A Política Nacional para a População em Situação de Rua criada (decreto nº 7.053) em 2009 tem por objetivo assegurar o acesso aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; desenvolver ações educativas; proporcionar o acesso dessas pessoas aos programas de transferência de renda; implementar centros de referência especializados e estabelecer padrões dos serviços de acolhimento temporários¹⁹ (MARTINS, 2017)

¹⁹ No entanto, a implementação dessa política depende da articulação entre a União e os estados que optam por aderir a ela

Alguns estudos de caso pelo mundo demonstram que é possível prover moradia e reinserir esse público para o convívio social. Segundo Chiaretti²⁰, o valor gasto em albergues e programas municipais ou estaduais “para atender pessoas em situação de rua é maior do que o custo para construção de moradias para elas”. Há uma demanda de edifícios abandonados cuja possibilidade de solução seja a de alugueis para moradia.

O país mais bem-sucedido no assunto de auxílio com moradia permanente para os refugiados urbanos é a Finlândia, que através da estratégia com a oferta de habitações, assistência social e auxílio com drogas vem obtendo sucesso na retirada de pessoas das ruas. A proposta se mostra mais rentável e “eficaz do que abrigos temporários, usados em muitos outros países, uma vez que são computados todos os custos sociais que este programa ajuda a evitar” (BBC, 2017). Na Finlândia é concedido um apartamento com contrato assinado os capacitando como qualquer inquilino. “Segundo uma estimativa, cerca de 7 mil pessoas estavam em situação de vulnerabilidade na Finlândia, em 2015, devido à falta de um lar permanente” (BBC, 2017). Esse problema já foi sanado, mas enquanto houver alguém desabrigado morando de favor, ainda haverá necessidade de moradia (BBC, 2017).

Em 2017 o governo do Distrito Federal estima ter gasto cerca de 3 mil reais com o auxílio aluguel no valor de R\$600,00 e aos Auxílios Vulnerabilidades, que chega a pouco mais de R\$400,00²¹ (MARTINS, 2017). O governo também criou o credenciamento de “organizações da sociedade civil que queiram desenvolver ações de abordagem social, em parceria com a secretaria” (MARTINS, 2017). Essa população é atendida por duas unidades do Centro Pop, onde têm acesso à alimentação, serviços de higiene e atendimento social, psicológico e jurídico, além de atividades de lazer e locais de descanso (MARTINS, 2017).

Outros países mais prósperos da União Europeia também estão tentando solucionar o problema da moradia, mas as estratégias condicionais e temporárias ainda não se mostraram eficazes para a solução do problema (BBC, 2017). A assistência a moradia a longo prazo depende de diversos fatores, mas sumariamente da iniciativa pública e política ser bem-sucedida. Faz-se necessário medidas públicas

²⁰ Participante do congresso acerca dos cuidados com os moradores de rua.

²¹ A Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) é responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas às cerca de 3 mil pessoas que vivem nas ruas do DF.

que auxiliem os problemas dessa população, mas para isso é preciso ter uma quantificação destes para saber a realidade do cenário urbano atual. Como demonstrado na Figura 23, existem diversas pessoas em situação de rua. Elas precisam de assistência, faz-se necessário uma quantificação e levantamento de dados direcionado preciso.

Figura 23 – Quantas pessoas estão em situação de rua?



Fonte: FARIAS, 2018

4.4. Retrato da população em situação de rua no Brasil

Segundo o IBGE, de acordo com o Censo de (2010) apenas 22.6% dos municípios brasileiros possuem alguma estimativa da população em situação de rua²². Algumas iniciativas municipais como o censo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contabilizou que cerca de 1.924 municípios levantaram informações acerca da população em situação de rua (SUAS 2014).

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Desse total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores. (IPEA, 2016, p. 25). Vítimas de inúmeros estigmas, essas pessoas somavam 101,8 mil no Brasil em 2015, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Desse total, 40% não possuem documentos de identificação, de acordo com o Movimento Nacional da População de Rua- MNPR²³. Para órgãos como o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e o MNPR, estimativas do IPEA e dos municípios sobre população de rua no país não refletem a realidade. Para eles, o Brasil possui hoje aproximadamente 400 mil moradores de rua.

A contagem só é feita por meio de números que chegam pela assistência e pela população encontrada nas praças e vias mais movimentadas. Mas a

²² O IBGE informou que dificilmente terá condições operacionais para conduzir uma pesquisa deste porte contabilizando os moradores de rua em cada município, pois há uma grande dificuldade de infraestrutura geral, capacitação dos entrevistados, alto custo da pesquisa e disseminação da metodologia tornando a pesquisa inviável; a dificuldade de não duplicar uma mesma pessoa devido a circunstância da vida itinerante dificulta a forma com que o órgão nacional atua, coletando dados domiciliares, apenas de quem possui uma residência, assim uma possível solução seria um cadastro adequado dos documentos e de uma equipe fortemente treinada em cada município (Baldioti, 2018). A defensoria pública entrou com uma ação exigindo que no próximo censo a população de rua seja contabilizada (Brasil 2009a). Há conversas em curso para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inicie a contagem desta população em 2020, mas não há nada de concreto em relação a isso.

²³ O MNPR procura dar representatividade e voz a essa população, atua com representantes em cada estado buscando o diálogo com o Conselho Estadual de Assistência Social e utilizando a mídia alternativa para conscientizar a população. A Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo governo federal em 2009, teve adesão de apenas oito capitais até hoje, segundo o MNPR: Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro.

população de rua também está em terrenos baldios, buracos, lixões e outros lugares em que a assistência não chega²⁴ (LAVOR, 2016).

A falta de informações à nível nacional prejudica a ação de políticas públicas reproduzindo a miséria invisível à sociedade. O descaso governamental e social com as pessoas em situação de rua não facilita a possibilidade de melhoria do quadro. Tal situação, além de dificultar o acesso a quase todos os direitos negados pela falta da comprovação de renda, do voto, a falta de identificação dificulta a relação com a educação, a saúde, a habitação e o trabalho destas pessoas que dependem da comprovação de um endereço e de uma identidade.

A identificação é um dos maiores desafios do CNDH (LAVOR, 2016). Segundo Gilson Caroni, essas pessoas submetidas a situação de rua são vistas como "uma não pessoa sem família ou história, apenas um estorvo que lembra ao mundo que o crack e a fome andam cada vez mais juntos".

O que acontece é falta de vontade, preconceito. Não existe nem sequer orçamento, e assim vamos caminhando com as piores perspectivas possíveis. Houve avanços, como a criação dos centros pop, consultórios de rua, mas isso só não basta, pois, esta população só cresce (MNPR, 2010).

No tocante à relação de trabalho, a pesquisa realizada no âmbito do Projeto Renovando a Cidadania no Distrito Federal apurou que 55,7% dos adultos em situação de rua já trabalharam com carteira assinada, mas, desses, 51,6% fizeram parte do mercado de trabalho formal apenas durante um período de até seis anos. Isso leva à conclusão, naquela pesquisa (MNPR, 2010, p. 89), que "o alto número de adultos em situação de rua no mercado informal de trabalho inibe a proteção previdenciária para este segmento social". No tocante à relação de trabalho, a pesquisa realizada no âmbito do Projeto Renovando a Cidadania apurou que 55,7% dos adultos em situação de rua já trabalharam com carteira assinada, mas, desses, 51,6% fizeram parte do mercado de trabalho formal apenas durante um período de até seis anos. Isso leva à conclusão (MNPR, 2010, p. 89), que "o alto número de adultos em situação de rua no mercado informal de trabalho inibe a proteção previdenciária para este segmento social".

O poder municipal possui diversos programas ineridos no serviço social, segundo a Prefeitura do Recife:

²⁴ Leonildo Monteiro, do CNDH.

Temos um serviço denominado de tipificação que funciona durante 24 horas e rege todos os serviços de assistência” como: o Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS, os Centros de Referência a População de Rua - Centro POP, o consultório na rua que presta atendimento médico básico, o aluguel social e a rede de acolhimentos; todos os recursos são mantidos com investimentos exclusivamente municipais. O SEAS tem a perspectiva da construção de um vínculo, eles são os intermediários diretos para os programas sociais; o objetivo deles é a moradia, visando levar a POP Rua para as casas de acolhida. Temos uma rede de serviços de 2 Centros POP um na Madalena e outro em Santo Amaro, atualmente a cidade do Recife precisa de no mínimo mais 2. O Centro POP presta assistência imediata como lavar roupa, o banho, retirada de documentos e acompanhamento psicológico básico. Hoje temos o Comitê POP Rua com reuniões uma vez por mês com representantes do governo e da sociedade civil que acompanham o plano e a política municipal. A maior demanda hoje é por casas de acolhidas²⁵ por que é através delas que podemos dar uma assistência de qualidade. Alguns serviços que a prefeitura possui que a sociedade possa dar assistência²⁶.

A prefeitura tem cerca de 200 vagas em 11 casas de acolhidas espalhadas pela cidade, com concentração na RPA 2 e 4. Entendemos que é no acolhimento 24hrs que consigamos dar um acompanhamento completo de qualidade. O objetivo da casa de acolhida é que o refugiado urbano possa ter uma autonomia na vida. Trabalhamos a partir da perspectiva que ele possa voltar para a sua família. As casas de acolhida são a melhor alternativa pois fazem com que a POP Rua seja amparada em tempo integral e realmente consigam sair das ruas, das drogas, desejem um convívio social mais amplo enquanto recebem o suporte de psicólogos. A prioridade para o recebimento de moradia são delas. Mesmo que a maior reivindicação hoje seja para abrigos noturnos são as casas de acolhidas o nosso maior déficit. Muitos veem a moradia como o maior déficit, mas como essa população conseguirá uma moradia? (ASSISTENTE SOCIAL, 2019)

A assistência social da prefeitura do Recife diz ter alguns abrigos 24 horas, porem estes não suprem o déficit, ela diz ter 11 casas, mas ao analisar os nomes das instituições é possível ver parcerias com ONGs e com a iniciativa privada.

A rua não pode ser considerada local de moradia. A falta da moradia é a violação de um direito básico e dificulta o acesso aos demais. Soluções paliativas não podem resolver o problema, apenas amenizá-lo. Desta forma podemos concluir que o Brasil não tem nenhum dado oficial a nível nacional atualizado da quantificação e real

²⁵ Casas de Acolhidas ou abrigos 24 horas, em Recife temos 11 estabelecimentos em diversos bairros. Em Recife não há abrigos noturnos, apenas em sistema integral onde se compreende que o tratamento para a reinserção do indivíduo deve ser intensivo para que estes voltem a fazer parte da sociedade.

²⁶ A sociedade que se comove com doações, de comida, roupas, cobertores devido ao déficit municipal deve se atentar a campanha ‘Doe no Lugar Certo’, “no site do transforma Recife onde as pessoas podem contribuir com doações que serão indicadas para as principais ONGs e redistribuídas entre eles, fazendo com que não haja uma concentração em local específico”. Dessa forma não se aglomera, nem se cria pontos de concentração dos refugiados urbanos.

situação das pessoas em situação de rua, considerados inferiores e menos cidadãos pela sua invisibilidade e não vistas como um problema. Uma grande parte dos refugiados urbanos estão nas ruas por problemas familiares, drogas ou problemas financeiros e já possuíram algum trabalho formal. A aplicação das informações coletadas foi aplicada na cidade do Recife cuja metodologia está demonstrada no capítulo seguinte.

5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RECIFE

Este capítulo busca apresentar a situação das pessoas em situação de rua da cidade do Recife. Para tanto, ele foi estruturado em duas partes; na primeira parte, caracteriza os moradores em situação de rua da cidade, através da quantificação de dados, e a descrição das áreas da cidade que há uma maior incidência. Na segunda parte, são apresentados os resultados da pesquisa empírica realizada com os moradores em situação de rua e com a sociedade, buscando identificar as condições de invisibilidade, de aporofobia e de cidadania, pelas quais vivenciam essa população.

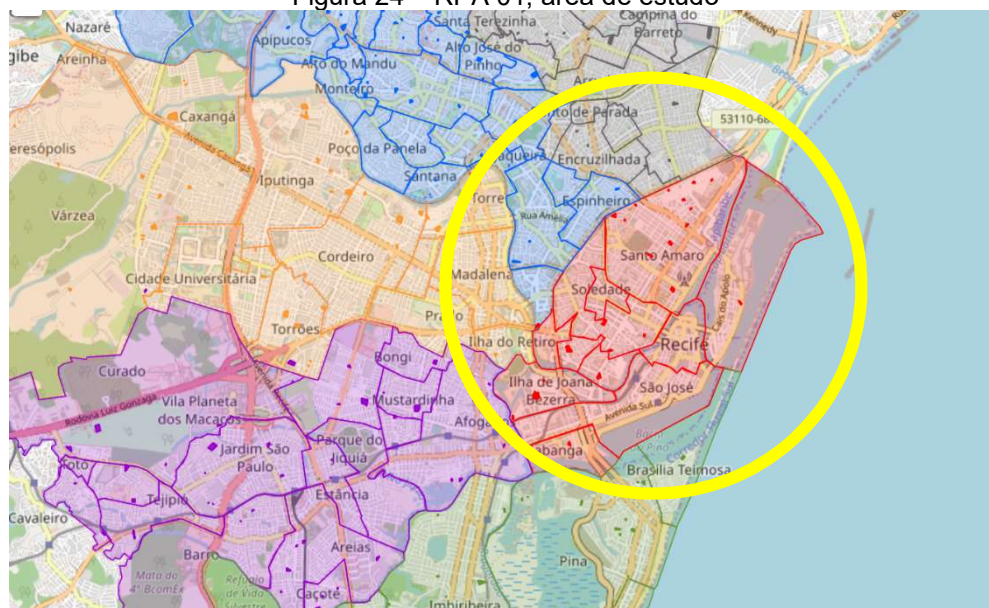
5.1. Caracterização das pessoas em situação de rua do Recife

Recife, a cidade escolhida para a implementação desta pesquisa é a capital do estado de Pernambuco. Esta possui uma população de 1.625.583 habitantes, com área territorial de 218,435 km² e com densidade demográfica de 7.039,63 hab/km², segundo o IBGE (2010). Recife é um dos poucos municípios que possui o censo estimado da população em situação de rua, realizado pela prefeitura. A primeira estimativa feita em 2005 era de 1.390 pessoas, sendo 940 homens, o que equivalia a 67.4% e 450 mulheres, correspondente a 32.6%. Ainda de acordo com o levantamento, estimava-se cerca de 502 pessoas, com idade de 0 a 18 anos, 428 pessoas com 19 a 35 anos, 168 pessoas com 36 a 45 anos, 188 pessoas com 46 a 60 anos, 98 pessoas, com mais de 60 anos. A Prefeitura do Recife obteve uma nova contagem dos refugiados urbanos mais recente, em Junho de 2014, através do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, quando contabilizou cerca de 776 pessoas vivendo em condições de rua. Destas, cerca de 257 foram acolhidas em unidades do Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC. Estes dados constatou uma redução de 614 moradores em 10 anos (SUAS 2014).

Das 776 pessoas em situação de rua, a maioria são do sexo masculino, entre 24 e 44 anos, e com alguma atividade remunerada, segundo o Plano Municipal de Remuneração Integrada. Um dado que se destaca, é que esta população, concentram-se fortemente na Região Política Administrativa – RPA 1, cerca de 419 pessoas (SUAS, 2014), ou seja, nas áreas centrais da cidade, conforme tendência já discutida anteriormente. Essa RPA 01 é composta por 11 bairros: o Bairro do Recife,

Boa Vista, Cabanga, Coelho, Ilha do Leite, Ilha de Joana Bezerra, Paissandu, Santo Amaro, Santo Antônio, São José e Soledade, possui cerca de 2.495 habitantes, e cerca de 16,6% da população seria em situação de rua (SUAS 2015). Na figura 24, destacada em vermelho, encontra-se a RPA 01, com os bairros centrais da cidade do Recife.

Figura 24 – RPA 01, área de estudo



Fonte: RECIFE, [201?] (Detalhe para a RPA 01)

Porém, apesar destas estatísticas, estima-se que os dados apresentados são defasados. Pois é notório o crescimento da população em situação de rua no centro da cidade, bem como, em toda RPA 01. Em informações obtidas através de entrevista realizada com representante da Prefeitura do Recife, assistente social da Secretaria de Assistência Social da População em Situação de Rua, foi informado que os dados obtidos em 2014, diferem dos atuais. Segundo a Assistente Social, da Prefeitura do Recife estima-se que em 2017, data do último levantamento estariam na rua cerca de 1.200 pessoas em situação de rua na cidade do Recife. Destaca-se que, tal número não é preciso, pois, durante o levantamento muitos se recusaram a fazer parte do cadastro ou estavam dormindo e não puderam ser acordados para fazerem parte do levantamento. Porém, a concentração das pessoas em situação de rua continua na RPA 1. Os argumentos apresentados pela representante da prefeitura é de que nessa região, possui a maior rede de serviços, maior facilidade de acessar ônibus e metro, o que permite o deslocamento para outras localidades, além de maior acesso a comida, higiene e a existências de igrejas, principalmente. A partir deste estudo, foi

possível identificar possíveis falhas no último levantamento, e se buscará metodologias mais precisas, para que os dados sejam mais próximos da realidade; uma nova estimativa deverá ser divulgada em agosto de 2019. No entanto, percebe-se que houve um acréscimo considerável do número de pessoas em situação de rua, em comparação do levantamento de 2014 com o de 2017, onde os números haviam sofrido uma redução, e voltaram a crescer significativamente.

Segundo a psicóloga do Instituto Pelo Bem, é estimado que no centro da cidade do Recife, habitem quase 2000 pessoas em situação de rua, lamentavelmente sem qualquer renda. Dessas 2000 pessoas cerca de 72% já tiveram carteira assinada. Em 2017 eram 1552 pessoas nas ruas, mas este número hoje, deve ser o dobro.

O perfil da população em situação de rua na cidade do Recife segundo a prefeitura em sua maioria são homens 60%, com idade entre 29-40 anos. Das 1200 pessoas, 43% tiveram carteira assinada e 60% já teve algum tipo de profissão, cuja média de renda mensal é de $\frac{1}{2}$ salário. No questionário com os refugiados urbanos essas pessoas possuem uma renda média variável alguns sobrevivem desde R\$800,00 a R\$400,00 por mês, em sua maioria com alguma atividade remunerada como ambulantes apenas 27% não possui renda, vivem com benefícios como o bolsa família e com de ajuda de terceiros. Dos entrevistados apenas 02 possuíam problemas de saúde que os incapacitava de exercer uma atividade remunerada, os demais, todos exerciam. Os trabalhos variavam desde ambulante, flanelinha, cabelereiro, vigia, ajudante, vendedor, reciclagem, etc. A grande maioria não concluiu o ensino fundamental.

Essa RPA 01 possui algumas características marcantes: é a área mais antiga da cidade, possui a sede do governo estadual e municipal o Palácio da Justiça, a Assembleia Legislativa e alguns tribunais estaduais, agrega também o Porto do Recife e o complexo tecnológico do Porto Digital. Grande parte desses bairros possuem residências e edifícios abandonados, limitando o uso dessa parte da cidade apenas para o comércio e serviços públicos durante o dia e, a noite sem atividade, deixando a área vazia. Essas condições é o que fazem com que essa região seja escolhida preferencialmente pelas pessoas em situação de rua. Tal local é também escolhido porque os recursos de higiene e alimentação são mais acessíveis, devido ao grande fluxo de pessoas durante o dia e o sono a noite é mais fácil devido ao local ficar desocupado.

Os locais mais frequentados pelas pessoas em situação de rua são perto de algum serviço. Segundo a representante da prefeitura, as localidades de: Santa Rita, Antiga Rodoviária do Recife, o IMIP, a Av. Dantas Barreto, a Praça do Diário, o Fórum e a Universidade Católica, são os locais mais frequentados pelos moradores em situação de rua. O centro da cidade tem uma relação muito forte com as pessoas em situação de rua. Segundo Santos, participante do MNPR e ex morador de rua afirma que “No centro você encontra tudo, banheiro, fonte para tomar banho, comida, local sossegado, está cheio de serviços. Os locais mais desejados são aonde eles conseguem mais coisas como comida, higiene; geralmente perto de igrejas e mercados”.

A figura 25 e 26 tiradas em um domingo à tarde na Rua do Imperador e na Praça Dezessete, bairro de Santo Antônio, área central da cidade, comprovam a situação. Nas imagens é possível identificar mais de 20 pessoas que fazem das ruas, seus locais de moradia.

Figura 25 – Rua do Imperador, Centro do Recife, aos domingos



Fonte: AUTORA, 2019.

Figura 26 – Praça Dezessete, centro do Recife, aos domingos



Fonte: AUTORA, 2019.

5.2. Invisibilidade, aporofobia e cidadania: Como vivem as pessoas em situação de rua em Recife?

A metodologia aplicada para o levantamento da pesquisa empírica elaborada nesse trabalho foi realizada através de aplicação de questionários e de entrevistas com o seguinte público: 30 pessoas em situação de rua, uma psicóloga do Instituto Pelo Bem (ONG), um representante do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, a coordenadora da área de assistência à pessoas em situação de rua da Prefeitura do Recife e com 12 pessoas frequentadores do centro da cidade e que convivem diretamente com os refugiados urbanos. As entrevistas foram gravadas e executadas pessoalmente com a finalidade de registrar o conteúdo coletado de cada ator específico e de sua área de atuação.

A aplicação do questionário anexado no **Apêndice A** com as pessoas em situação de rua ocorreu em dois locais. Por meio do 'Instituto Pelo Bem' que promove um banho solidário, onde foi possível o primeiro contato direto com esse público e em seguida em uma das praças no bairro da Boa Vista, na cidade do Recife. Foram 30 entrevistados, 22 homens e 08 mulheres de 15 a 69 anos de idade, estes se encontravam convivendo na rua de 3 meses a 40 anos. A coleta de dados oficiais da Prefeitura do Recife foi feita através de uma entrevista na mesma com a assistente social responsável pelas pessoas em situação de rua, e se encontra no **Apêndice B**. No Instituto Pelo Bem, ONG escolhida, aplicamos uma entrevista com a psicóloga local que trabalha a mais de 20 anos com pessoas em situação de rua e colaborou

para visão das principais necessidades destes, se encontra no **Apêndice C**. Um representante do MNPR, Otávio Santos, ex-morador de rua, também foi entrevistado com o intuito de obter informações sobre a vida nas ruas e a luta para com os direitos destes, conforme mostra **Apêndice D**.

Para a abordagem com as pessoas da sociedade foi aplicado um questionário em locais públicos abertos, em sua grande maioria aplicados nas calçadas onde durante a conversa fosse visível os refugiados urbanos. O objetivo dessas entrevistas nessas condições foi de verificar se as pessoas entrevistadas apontariam em suas respostas as pessoas em situação de rua, já que as perguntas eram dirigidas a avaliar os problemas da cidade e das ruas frequentadas por eles. Sendo assim, teve como objetivo verificar se as pessoas em situação de rua são visíveis ou não, conforme questionário no **Apêndice E**. Foram abordadas 12 pessoas que frequentam o centro da cidade regularmente, entre eles autônomos, ambulantes, empregados de lojas, entre outros. As perguntas foram feitas no período da tarde nas intermediações da Praça Marciel Pinheiro, no bairro da Boa Vista, onde segundo os comerciantes dormem cerca de 40 pessoas em situação de rua. Durante a entrevista havia pelo menos 3 refugiados urbanos no local.

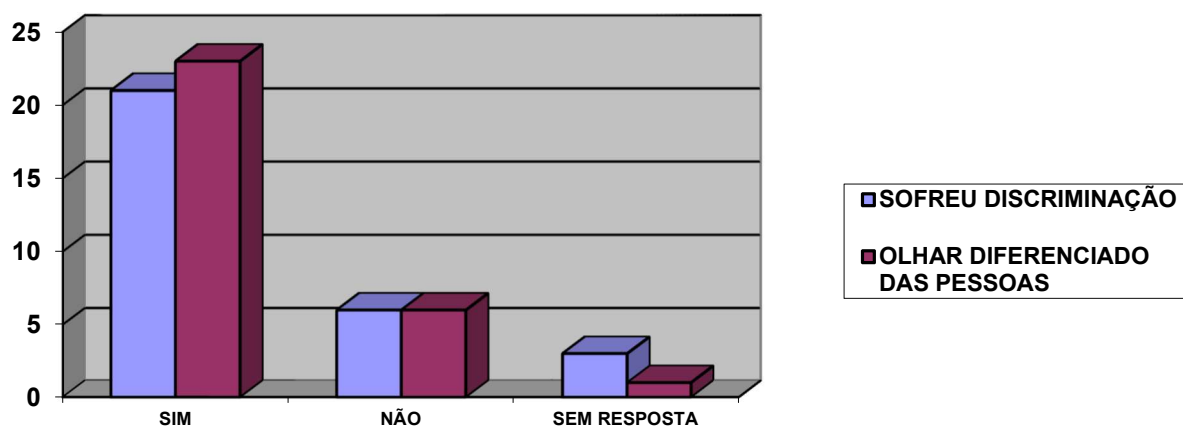
Com o intuito de analisar a discriminação, o olhar diferenciado, a invisibilidade e a aporofobia contra as pessoas em situação de rua foi implementada duas abordagens: A primeira visando a compreensão do refugiado urbano, se ele se sente discriminado e identificar a percepção que eles têm do olhar da sociedade perante eles, depois identificar se ele já havia sofrido discriminação de alguma forma. Após essa análise buscava a tipificação dessa discriminação seja com o sentimento de invisibilidade, de discurso de ódio ou de agressão física visando confirmar se o sentimento dos refugiados urbanos condiz com a opinião da sociedade.

No início do questionário para as pessoas em situação de rua havia a pergunta: “você se sente discriminado”, a grande maioria dizia que não. No fim do questionário havia a pergunta “você acha que as pessoas te veem como? Diferente”? Eles mudavam de opinião e diziam que ‘sim’ ou não respondiam com dúvida. Curiosamente, 11 dos entrevistados responderam, de forma contraditória, pois a situação acontecia de ambas as maneiras.

Ao questionar aos refugiados urbanos se os mesmos “sofrem algum tipo de discriminação”, verificou-se que cerca de 21 pessoas já sofreram algum tipo de discriminação e cerca de 23 sentiam que a sociedade os olhavam de forma diferente.

O Gráfico 1 demonstra que eles sentem um olhar diferenciado, mas muitos não percebem isso como uma discriminação.

Gráfico 1 – Qual o olhar da sociedade para os refugiados urbanos?

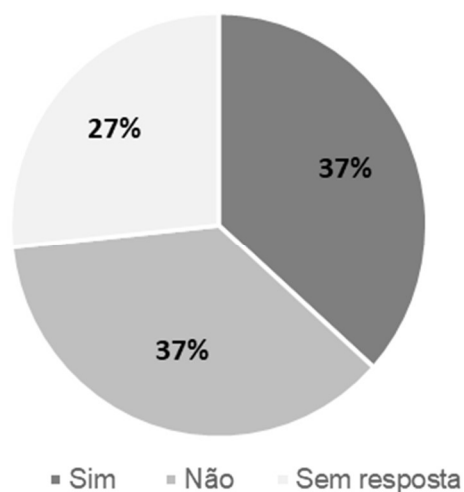


Fonte: AUTORA, 2019

Mesmo sem haver sofrido discriminação, percebiam o olhar diferenciado das pessoas para com eles por estarem em situação de rua, ou se haviam sofrido discriminação não relacionavam ao olhar diferenciado. Grande parte enfatizou que o olhar diferenciado ia além de serem ‘moradores de rua’, mas também por serem de outra raça, geralmente negros.

A análise da invisibilidade é difícil, pois ‘como medir o que não se vê’? Quando perguntado nas entrevistas se as pessoas em situação de rua se sentiam despercebidas, ignoradas, não vistas pela sociedade que não mora na rua, dos 30 entrevistados, 37% negou a invisibilidade, assim como, outros 37% se achavam invisíveis aos olhos da sociedade. Outra parte significativa, 27%, não respondeu, dando margem a crer que sentem vergonha ou que nunca sequer pensaram no assunto. Dos entrevistados, 10 pessoas responderam com afirmação que já foram vítimas de discriminação, sentem o olhar diferenciado da sociedade e acham que são invisíveis para os mesmos. As respostas compuseram o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Se sente invisível?



Fonte: AUTORA, 2019

Segundo a psicóloga do Instituto Pelo Bem, a consequência desse sentimento de invisibilidade é notória, “as pessoas em situação de rua se sentem ‘uma não pessoa’ elas perderam a referência geral, não têm vontade de interagir com o outro, elas simplesmente desistiram” (FRANÇA, 2019). Elas passaram por um “processo de perdas grande e sentimentos de fracasso e de impotência perante a vida, roubaram o espaço da esperança” (MNPR, 2010, p. 5). Segundo Santos (2019) “precisamos ser vistos primeiro, para que possamos atuar, pois as pessoas em situação de rua são invisíveis”.

Outra forma de mensurar a invisibilidade pela qual passa essa população em situação de rua foi entrevistar outras pessoas da sociedade (transeuntes, comerciantes, entre outros), para que respondessem questões sobre problemas encontrados por eles nas ruas onde estavam, bem como, no próprio centro da cidade. Tal objetivo foi de verificar se os mesmos citariam espontaneamente como um problema social e urbano, a população em situação de rua, já que, as perguntas iniciais não os induziam a isso. Cabe destacar, que essas pessoas foram entrevistadas em locais que havia ‘moradores de rua’ próximos no momento da entrevista.

Durante os questionários aplicados com a sociedade as perguntas iniciais eram acerca da percepção deles a respeito das ruas e os problemas relacionados às mesmas: 6 dos, 12 entrevistados apontaram: insegurança e violência. Expressões como: essa rua é “muito suja”, “cheia de rato e barata, quando chove alaga tudo”,

“ambulantes”, “calçadas abandonadas”, foram corriqueiras, porém as falas que chamaram atenção com preconceito aos ‘moradores de rua’ foram: “essa rua é muito movimentada, cheia de morador de rua”, contraditoriamente outra pessoa afirmou: “é tranquila, mas tem muito morador de rua que fazem confusão”. Dessa forma, constatou-se que apenas duas pessoas citaram espontaneamente em suas falas, as pessoas em situação de rua atribuindo alguma visibilidade a eles.

Quando perguntando acerca do centro da cidade do Recife, quais os principais problemas e o que se via como algo negativo, as respostas variaram, sendo elas: “sem segurança”, “desemprego”, “comércio informal”, “ambulantes”, duas pessoas responderam “cheira cola”, e duas também responderam a problemática do “abandono do centro”. Uma das respostas chamou muito atenção. Trata-se de uma pessoa que trabalha fazendo tapioca há mais de 10 anos no centro da cidade e que o frequenta desde pequena, que fez a seguinte afirmação: “O centro do Recife hoje está muito violento. Aqui na rua é tranquilo por que nós os comerciantes somos como uma família, cuidamos uns dos outros. Mas de um tempo pra cá a cidade do Recife está abandonada, vem sendo desprezada”. Parece assim, que devido ao abandono do centro da cidade, a área tornou-se um refúgio para quem não tem nada a esperar. Ao perguntar diretamente as pessoas entrevistadas se elas tinham conhecimento dos refugiados urbanos, todos os entrevistados afirmaram que sim, que possuíam ciência de refugiados urbanos morando nas ruas da região e que a situação havia se tornando comum.

A pesquisa com a sociedade foi importante, pois as pessoas em situação de rua eram visíveis, ou melhor, ocupavam um lugar nas proximidades, durante a entrevista, mas não foram visibilizadas. De todos os entrevistados da sociedade apenas 2 apontaram as pessoas em situação de rua como um problema da rua e 2 outros como um problema para o centro da cidade do Recife. Das 12 pessoas da sociedade civil que viam ou tinham contato diretamente com os refugiados urbanos, 7 não os notaram como um problema latente da rua ou do centro da cidade. Segundo a psicóloga do Instituto Pelo Bem: “Para sociedade estas pessoas, não são vistas, geram medo, principalmente as políticas públicas, que não asseguram os direitos constitucionais”.

Demonstrando então que as pessoas em situação de rua são parcialmente invisíveis, apenas indicadas como presentes quando vistas como um problema. A falta de equipamentos com assistência adequada e a carência latente dos refugiados

urbanos demonstra que a presença deles não é perceptível para muitos. E que a escassez de políticas públicas e ações para implementação de dignidade os tornam invisíveis para o poder público.

Durante a entrevista com a assistente social da Prefeitura do Recife, questionamos se a prefeitura recebia alguma reclamação de pessoas em situação de rua causando algum tipo de transtorno. Segundo ela há algum tipo de aversão:

Recebemos muitas demandas através do 0800 e da ouvidoria, ‘tem morador perto da minha casa, como é que tira?’ Sempre na perspectiva de ‘tirar da minha frente’, ‘tira que está enfeando’. ‘Tem uma moradora na Praça de Casa Forte, Praça da Independência, Boa Viagem estendendo roupa, vem tirar!’ O centro da cidade nos dias de evento: ‘era melhor que eles não estivessem lá’, ‘por favor, tirem daqui!’ As pessoas querem tirar por que segundo elas enfeiam a cidade, como se fosse uma ameaça, jogando para debaixo do tapete. (ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Segundo Santos (2019) as pessoas são discriminadas: “por estar em situação de rua, o olhar da sociedade é que, o POP Rua não pode observar, sentar em locais públicos como bancos, praças, calçadas”. Segundo a assistente social (2019) “o comportamento da sociedade é notório de que se o “POP Rua está ali, eu mudo a calçada” [...] “a presença deles incomoda, incomoda e muito, com toda certeza” diz a assistente social.

Quando perguntado para a sociedade por que os refugiados urbanos frequentam o centro do Recife, e qual a sua opinião sobre eles, 6 pessoas diferentes das que os indicaram como um problema responderam rispidamente com notório preconceito, perceptíveis através dos seguintes comentários: “não tem família, ou moradia e as pessoas ainda ajudam, eles gostam mesmo é da rua”, ou “ são vândalos! Estão na rua pelas drogas e para roubarem”, assim como “não querem nada com a vida”, outros responderam: “são escolhas e a igreja ajuda”, ou até “é por que aqui no centro não tem nenhuma segurança, aí eles podem fazer o que quiserem, bando de vagabundo”.

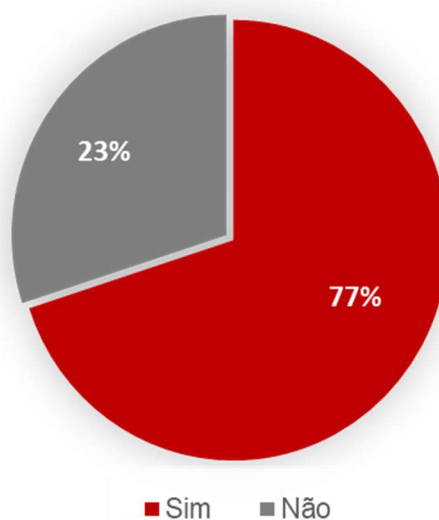
Das entrevistas com a sociedade, 5 deles tinham medo de andar no centro da cidade a noite e apenas 2 frequentam o centro no final de semana, fora dos dias de trabalho²⁷. Quando perguntando o porquê do medo de andar no centro a noite, muitos responderam “é esquisito, fica sem nenhuma segurança, só dá morador de rua”!

²⁷ 50% dos entrevistados trabalham aos sábados.

Quando questionado as pessoas em situação de rua se já sofreram diretamente violência verbal ou física, grande parte já foram vítimas. A agressão mais corriqueira em que todos são submetidos é a verbal através de xingamentos como: ‘fedorento’, ‘marginal’, ‘imprestável’, ‘drogado’, ‘bêbado’, ‘vagabundo’, ‘ladrão’, além de ameaças verbais de morte. Dos 23% de pessoas que responderam como não terem sido vítimas de agressão verbal estão nas ruas a menos de 1 ano.

O gráfico representado no Gráfico 3, demonstra o percentual de quem já foi vítima do discurso de ódio. Vale ressaltar que necessariamente a pessoa que recebeu o discurso de ódio não foi necessariamente agredida fisicamente.

Gráfico 3 – Agredido verbalmente



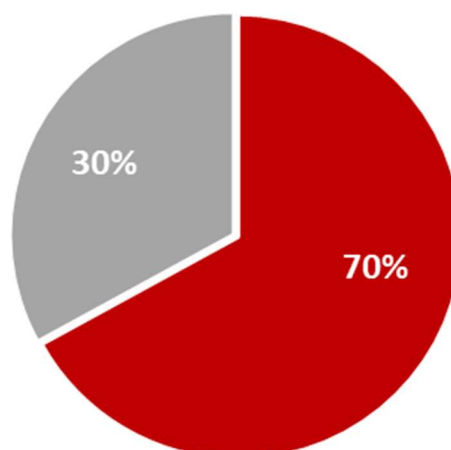
Fonte: AUTORA, 2019

Um discurso de ódio que chamou bastante atenção foi de um senhor entrevistado na Praça Marciel Pinheiro que vendia picolé no centro do Recife a mais de 20 anos. Ele tinha 65 anos e morava em Camaragibe, era uma pessoa aparentemente bem simples. Quando indagado, se costumava encontrar pessoas em situação de rua no centro e, no momento a menos de 20 metros uma pessoa dormia no batente do jardim da praça, ele respondeu:

É um absurdo, tudo menino novo que não quer trabalhar, não quer nada com a vida! Bando de vagabundo, imprestável, drogado! Tem que trabalhar! Tudo com a vida fácil! Vendo picolé, ando muito o dia todo pra me sustentar. O provérbio que fala, não é? O homem tem que comer do suor do seu rosto, do seu trabalho, se não quiser trabalhar que também não coma! Muito vagabundo esse povo, tudo vagabundo.

Os delitos de ódio também estão presentes como consequências da aporofobia. Quando perguntado para a sociedade se eles tinham ciência de agressão contra as pessoas em situação de rua, 67% sabiam de algum delito cometido. Apenas 3 dos entrevistados da sociedade não possuía conhecimento de agressão contra os refugiados urbanos. Quando questionado aos refugiados urbanos se eles haviam sofrido agressões físicas, cerca de 70% responderam que sim, como ilustra o Gráfico 4. Apenas 2 dos entrevistados revelaram o tipo de agressão física que haviam sofrido, os demais receosos e envergonhados mudaram o assunto rapidamente ou fingiram não saber explicar, era notório que não queriam lembrar o momento nem compartilhar o sofrimento. Um deles havia sido espancado por alguns jovens e o outro, seus pertences haviam sido roubados, junto ao nocaute que o deixou inconsciente como ele mesmo descreve “moleques desocupados, safados, levaram tudo o que eu tinha”.

Gráfico 4 – Agredido fisicamente



■ Sim ■ Não

Fonte: AUTORA, 2019

Uma das maiores dificuldades que acarreta a agressão é a situação em que a rua os submete, sua vulnerabilidade. “Independente de condição financeira, é a pessoa que agride pessoa”, diz a psicóloga. As pessoas que não foram agredidas fisicamente estão nas ruas a menos de 3 anos. A agressão acontece pela forma com que as pessoas veem os refugiados urbanos, o discurso leva a agressão. De acordo com a assistente social:

A população tem o papel de não os reconhecer como ameaça. O direito de ir e vir cabe a qualquer um. Faz-se necessário a compreensão de que elas não estão por acaso na rua. Tiveram uma série de direitos violados. (2019).

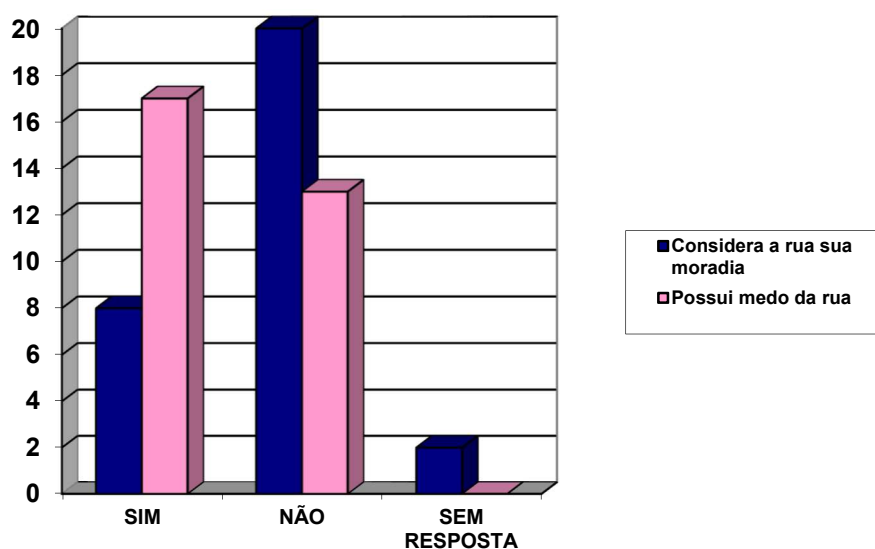
A violação dos direitos gera uma série de problemas. O Movimento Nacional da População de Rua - MNPR diz que:

Temos um Comitê POP Rua na prefeitura que funciona como um espaço de debate nas quartas-feiras, possuímos o fórum também onde nos encontramos para debater ações e políticas públicas. As políticas públicas vêm para dar visibilidade para dar dignidade para essas pessoas e mostrar que elas não nasceram na rua, ninguém nasceu para a rua.

Segundo a assistente social (2019) “Para a sociedade participar do comitê é interessante, ter um olhar mais sensível. Ameniza-los como ameaça. E cabe ao poder público trazer essa discussão para a sociedade”.

O preconceito e a falta de moradia são os maiores problemas que acarretam na insegurança dos refugiados urbanos. A rua é um péssimo local para se viver, mas se torna a única opção, como indagado anteriormente ‘será que ela pode ser local de moradia?’ De acordo com as pessoas em situação de rua, dos 30 entrevistados, 20 pessoas 67%, não consideram a rua como local de moradia e 17 pessoas possuem medo das mesmas. Conforme mostra o Gráfico 5 abaixo, muitos deles têm receio da rua, da noite e da falta de segurança. Dos entrevistados apenas 8 afirmam que a rua é a sua moradia, estes estão ‘morando’ nela a mais de 5 anos.

Gráfico 5 – Rua: local de moradia?



Fonte: AUTORA, 2019

Todos responderam que a rua não os protege, mas alguns destacaram: “é tudo o que tenho, então pra mim vira minha casa”, outros disseram “a rua não é de nada nem de ninguém”; “MORADIA? De jeito nenhum moça! Quem quer morar assim? Com medo da chuva, de ser roubado, agredido”. Segundo Santos, ex-morador de rua, a “rua é a moradia, as paredes são as árvores e os limites dos prédios, o nosso teto é o céu”. Os locais públicos são os únicos locais que eles podem permanecer.

Também houve o questionamento para as pessoas em situação de rua: ‘Quais locais você frequenta normalmente?’ E foi constatado que todos os entrevistados frequentavam a RPA1, confirmando-se as informações da prefeitura, e alguns dormiam em outros locais como o Terminal Integrado de Passageiros - TIP. Os locais das dormidas variavam, geralmente em marquises de lojas, no próprio BRT, nos ônibus, em diversos locais onde fosse possível o abrigo da chuva. Cerca de 90% dos entrevistados responderam que a situação em que vivem é desagradável, precária, sofrida, triste e ruim, apenas 2 pessoas responderam que é “boa pois se tem saúde e liberdade”, “estou na rua por que quero”.

Uma das pessoas em situação de rua entrevistadas foi Samir Freire de Albuquerque, de 50 anos, ele conta um pouco de sua história de como foi parar nas ruas.

Aos 40 anos tive um AVC, e metade do meu corpo foi paralisado, dei entrada no seguro desemprego e no benefício para saúde. Tive um desentendimento com meu irmão que me colocou para fora de casa e tomou o meu direito do benefício do cartão de saúde. Desde então divido um barraco com um amigo em Peixinhos. Para comer vou até o centro da cidade onde durmo de vez em quando até conseguir voltar para o barraco.

Quem está nas ruas passou por um processo de perdas grande, a perda da casa, do trabalho, da família e da dignidade. “Cada um deles tem uma história!” diz Santos (2019). Quando questionado qual o motivo pelo qual eles foram parar nas ruas três motivos são manifestados constantemente: conflitos familiares como morte de parentes, drogas ou álcool e questão financeira. Segundo a assistente social “se eu não tenho emprego, se eu não possuo renda isso acarreta na ida para a rua, pois muitos não têm como se manter”. Segundo a psicóloga “a droga, o álcool e o desentendimento dentro de casa levaram a isto. A mulher colocava outro homem dentro de casa que era mais violento, traficante e fazia com o ex fosse para rua, deixava tudo. Na rua encontra a droga e já era”. Uma grande parte da população de

rua é usuária de droga. “Das pessoas que estão na rua, entorno de 80% usam drogas. Há pouca gente que tem trabalho” diz a psicóloga.

A rua faz com que você use drogas. A revolta, a situação da rua, a droga faz com que a dor seja amenizada, dessa forma se esquece de tudo. Se esquece de quem você é e da situação que você se encontra e naquele momento você entra na euforia e na alegria de que com aquilo você tem algo que você realmente não tem. (SANTOS, 2019).

Otávio Santos, líder do Movimento Nacional da População de Rua conta um pouco sobre a sua história e sobre os desafios enfrentados na cidade. Ele passou mais de 10 anos na rua.

O que me fez ir para a rua foi a minha desestruturação familiar. Com 13 anos de idade fui abusado sexualmente. Meu pai era travesti e me forçava com outros homens. Ele foi preso por ter assassinado o próprio irmão e quando vinha para casa na condicional ele trazia amigos para invadirem o meu espaço. Tive uma grande revolta e muito traumatizado, fui parar nas ruas com 16 anos e não queria voltar para casa. Tive uma grande desestrutura familiar, como têm em muita gente na rua. Que se você conversar com a galera, a galera vai ter uma história!

Ironicamente o governo entende que com o valor de R\$290,00²⁸ você consiga comer e alugar uma casa. Por isso muitas vezes vamos para a favela onde não se paga água ou energia, mas o endereço acarreta preconceito. Em outras capitais brasileiras o aluguel social é mais sensato: em Fortaleza R\$480,00, São Luís R\$500,00, São Paulo R\$650,00.

Na rua acabei me envolvendo com o crack, virei um usuário crônico. Não comia, tomava água, dormia, tomava banho, sem usar uma pedra, tudo meu era pedra. Tudo meu era o crack. Passei por 21 unidades terapêuticas para conseguir parar de usar a droga. Passei por hospitais psiquiátricos, tive surtos psicóticos, através do hospital psiquiátrico desejei sair da situação em que estava vivendo. Quando comecei a frequentar o hospital psiquiátrico tive uma luz e desejei sair da situação em que estava vivendo, o contato com as ONGs, com as pessoas que fazem esse tipo de ação, com o Centro POP, com a comunidade terapêutica, tudo isso me fez querer sair da minha zona de conforto fazendo com que eu saísse da situação de rua. Comecei a querer ajudar as outras pessoas que também estavam em situação de rua para que elas saíssem daquilo, fiz um curso básico de psicologia e passei a fazer parte da comunidade terapêutica.

Hoje eu trabalho para o Movimento Nacional em Situação de Rua, mas não tenho renda, infelizmente vivo de doações. Ninguém está na rua porque quer estar na rua! Muitos são por conta da família, outros são por que cometeram alguma coisa no seu lugar de habitação e não puderam permanecer, então saíram. Através dessas histórias é que tentamos construir uma política para o nosso município, (SANTOS, 2019).

²⁸ O aluguel social no Recife é de R\$200,00 e o bolsa família de R\$90,00.

Quando perguntado as pessoas em situação de rua, se eles se consideram um cidadão, 5 pessoas responderam que não. Quando perguntado sobre o conhecimento sobre seus direitos e deveres foi surpreendente de como estes não sabem quais são e deram as seguintes respostas: “trabalho e sou honesto”, “sou uma boa pessoa, não sou viciado”, “preciso melhorar a minha saúde primeiro”, os demais não responderam. E, apenas 2 pessoas responderam “cobrando a justiça” e “preciso ter direito a saúde e a moradia”.

Todos os entrevistados alegam que a prefeitura não interviu em sua situação e que ela não os auxilia como deveria. Apenas 10 dos entrevistados possuem algum tipo de auxílio como o benefício do cartão de saúde e o bolsa família. Dos entrevistados 6 pessoas não possuem nenhum tipo de documento, fora esses, 7 dos entrevistados não dispõem de carteira de trabalho. O que torna extremamente difícil o acesso aos recursos básicos de saúde, educação e a própria assistência.

Segundo os refugiados urbanos entrevistados a maior necessidade deles hoje é comida, banho, local para higiene, porém a que mais os incomoda é o desemprego. Segundo um dos entrevistados “há serviço, mas não há emprego, precisamos ter a garantia de um trabalho fixo”. A melhor forma de contribuir para que haja a moradia e trabalho é nas casas de acolhimento diz assistente social. Tanto a moradia como a renda fixa auxiliaram a integração na cidade formal dando-lhes sua cidadania.

O maior desafio é lugar para receber estas pessoas para trabalharem e tratamento para recuperação das drogas. Teria que ficar 180 dias ali no mínimo e depois precisa trabalhar e ter uma casa de acolhimento, com apoio de terapia ocupacional, se alimentando bem e dormindo em uma cama. Precisa sair de lá e ter trabalho e ter uma casa de acolhimento. Na Suíça não tem morador de rua, mas a população é drogada, com estrutura financeira, com número alto de suicídio e a maioria vai para hospitais psiquiátricos, mas quem paga é a família. Este tipo de estrutura é interessante, mas não condiz com a nossa estrutura, (FRANÇA, 2019).

A possibilidade de recebimento de uma habitação depende diretamente das casas de acolhida pois somente através delas que os refugiados urbanos têm acesso ao Plano Local de Habitação de Interesse Social - PHLIS. Mas mesmo assim faz-se necessário muito acompanhamento psicológico para isso, pois a vida sobre 4 paredes, é diferente. “Faz-se necessário passar por esse acolhimento 24 horas para tratarmos essa questão para então a pessoa em situação de rua consiga ser reinserida, e o déficit atual para isso é tremendo”, diz a assistente social. Para conseguir viver dentro

de 4 paredes novamente se faz necessário o acompanhamento psicológico para a reinserção nos programas de moradia.

Comida, banho e médico. Eles são a margem, da margem, da margem. Não são bem-vindos na rede de assistência pública. Poucos conseguem atendimento por estarem sujos, malvestidos, ou não possuírem documentos, são raros os casos de atendimento no posto de saúde. O HR os recebe. Muitos passam pedindo uma roupa, um sapato para irmos ao posto. Fazem fila aqui para atendimento médico e enfermagem. A parte de acompanhamento psicológico é mais difícil, mas todos eles precisam. O nosso público é de um nível baixíssimo de vulnerabilidade. As pessoas em situação de rua têm 100% de necessidade de atendimento psicológico, todos eles precisam, mas por conta das condições sociais e até psicológicas e econômicas o atendimento psicológico é o supérfluo. Por que eles precisam de comida, de uma roupa, de um banho. (PSICÓLOGA, 2019)

Dos entrevistados da sociedade, apenas 2 que conviviam com as pessoas em situação de rua amigavelmente e tinham conhecimento de intervenção da prefeitura. Quando perguntado o que a prefeitura deveria fazer, todos responderam que deveria promover abrigo.

Quando questionado aos refugiados urbanos “como você vê quem não mora nas ruas?” As respostas foram: “pessoas de bem”, “amorosas”, “normais”, “felizes”, “uma família”, “normais e iguais”.

No questionário com as pessoas em situação de rua também levantamos a questão sobre qual o maior desejo e sonho deles, assim como, qual a melhor coisa que já aconteceu com essas pessoas em situação de rua. Unanimemente todos se emocionaram ao responder. E as respostas dadas sempre foram relacionadas ao amor, como: “A melhor coisa que já me aconteceu foi o nascimento da minha filha”, ou “a única coisa boa que tive na rua foi encontrar meu marido”. Dos entrevistados, 17 tinham o mesmo sonho de possuir uma casa própria, ou de poder voltar para casa, ser reintegrado à sociedade e sair das ruas. Os demais tinham sonhos como ser cantor de brega, ter uma máquina de costura, ter uma habilitação para ser motorista, acertar na loteria, estudar, se casar na igreja. Apenas 5 dos entrevistados não disseram ter sonhos e já estarem conformados com a realidade enfrentada.

Os refugiados urbanos como qualquer ser humano anseiam a felicidade, a visibilidade e o reconhecimento. Eles têm sonhos simples de serem realizados, uma série de direitos violados e uma necessidade latente de cuidados básicos. São excluídos de tudo e deixados a margem para tentarem sobreviver, são invisíveis, ignorados e precisam de ajuda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente as pessoas em situação de rua fazem parte de um problema latente do déficit de moradia na maioria dos centros urbanos em todo o país e no mundo e são uma consequência direta da pobreza extrema. Os instrumentos sociais na cidade são péssimos, sem perspectiva de ampliação, ou implementação e não contribuem para a supressão exigida da demanda existente. E a arquitetura e o urbanismo vem sendo projetado de tal modo, onde não seja possível a presença dos refugiados nas cidades.

As pessoas em situação de rua não são vistas, porque se escolheu ignorá-las, “o que é feio me causa repulsa e as vezes medo, não quero ver, se torna até invisível”. A sociedade quer eles não existam, há o desejo da invisibilidade, mas eles existem, são muitos e visíveis! A invisibilidade é então uma consequência da aporofobia, cultivada pela cultura. O discurso e os delitos de ódio são constantes e os reflexos da raiva, abominação e do preconceito com essa população ainda não são vistos como um crime que reflete em agressão contra a dignidade humana. Os refugiados urbanos não são reconhecidos pelos governos, nem pela sociedade, eles são a margem da margem, ignorados e suprimidos pelas ruas. Não são considerados cidadãos e nem estão inseridos na sociedade.

Atualmente a ferramenta para auxílio das 1200 pessoas que estão em situação de rua na cidade do Recife são os Centros POP na Madalena e em Santo Amaro, que apresentam um tremendo déficit, pois só estão locados em duas áreas e não conseguem abranger a quantidade de pessoas²⁹ necessária e possui uma gama de serviços muito limitada.

Os paliativos existentes não sanam nem parte do problema. Alguns dos paliativos necessários são os abrigos noturnos, alimentação através de restaurantes populares, banheiros e chuveiros, mas não solucionam o real problema que é a necessidade de acompanhamentos psicológicos 24 horas e, o essencial, a moradia.

A rua não pode ser e não é local de moradia e depende da ampliação da rede para a amenização das drogas, dos transtornos mentais, dos tratamentos psicossociais com uma política específica para que aconteça a mudança necessária na vida dessas pessoas. Atualmente o aluguel social no Recife é um valor irrisório. Há

²⁹ Abrangem cerca de 90 pessoas cada.

necessidade de moradia que gerará uma série de benefícios como o trabalho. A moradia deve ser pensada e estudada para atingir esse grupo de forma que eles possam mantê-la e consigam se reinserir na sociedade. Aluguéis de imóveis para a população em situação de rua a longo prazo vêm sendo estudados mundialmente como a melhor solução para isso. Apenas com o auxílio do hospital psiquiátricos, das casas de acolhida, do CAPS, da comunidade terapêutica e da moradia, será possível a reinserção social das pessoas a sociedade.

Por fim, espera-se que esse trabalho tenha contribuído de alguma forma para tornar os refugiados urbanos, visíveis nas nossas cidades!

REFERÊNCIAS

ABREU, C. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e amanhã. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 111. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/440#tocto1n4>. Acesso em: 2019.

ABREU, D.; SALVADORI, L. V. Pessoas em situação de rua, exclusão social e realização: reflexões para o serviço social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_188.pdf. Acesso em: 2019.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Estudante em situação de rua pode usar Centro POP como endereço**. Eu Estudante, 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/me_gerais/2017/04/06/me_gerais_interna,586689/estudante-em-situacao-de-rua-pode-usar-centro-pop-como-endereco.shtml. Acesso em: 2019

ALMIRANTE, J. **Empresário cria 'Banho Solidário' para atender moradores de rua na Bahia**. Globo. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/empresario-cria-banho-solidario-para-atender-moradores-de-rua-na-bahia.html>. Acesso em: 2019.

ALT, G. **Sem-teto de Friburgo são poucos mas preferem a rua**. A Voz da Serra, 2017. il. color. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/sem-teto-de-friburgo-sao-poucos-mas-preferem-rua>. Acesso em: 2019.

ANDREOU, A. **Anti-homeless spikes: 'Sleeping rough opened my eyes to the city's barbed cruelty'**. The Guardian. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-undeen-and-makes-us-more-hostile>. Acesso em: 2019.

ARAÚJO, L. S. **Por que nem todos os moradores de rua querem ir para albergues no frio?** Brasil de Fato. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/22/por-que-nem-todos-os-moradores-de-rua-querem-ir-para-albergues-no-frio/>. Acesso em: 2019.

ARZABE, P. H. M. **Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos: o papel do Estado**. PGE: São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25069-25071-1-PB.htm>. Acesso em: 2019.

ASMETRO-SN. **Número de pessoas em situação de rua aumenta mais de 150% em 3 anos no Rio**. ASMETRO-SN, 2017. il. color. Disponível em: <https://asmetro.org.br/portalsn/2017/06/05/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-3-anos-no-rio/>. Acesso em: 2019

BARATO, R. **Cenas desiguais**: fotografias aéreas mostram a desigualdade social refletida no espaço urbano. Archdaily. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/900002/unequal-scenes-fotografias-aereas-mostram-a-desigualdade-social-refletida-no-espaco-urbano/5b6da78ef197cc4b620001eb-unequal-scenes-fotografias-aereas-mostram-a-desigualdade-social-refletida-no-espaco-urbano-foto>. Acesso em: 2019.

BBC BRASIL. **Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto**. BBC NEWS. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230>. Acesso em: 2019.

BBC BRASIL. **Prédio instala rampa antimendigo e gera polêmica na Inglaterra**. BBC NEWS, 2016. il. color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBiEIXaEfl4>. Acesso em: 2019.

BITTENCOURT, J. **Gestão Doria acorda moradores de rua com jatos d'agua na Praça da Sé**. Forum. 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/gestao-doria-acorda-moradores-de-rua-com-jatos-dagua-na-praca-da-se/>. Acesso em: 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2019.

BRASIL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília-DF, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaoouts/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 2019.

BURSZTYN, M. **Violência e mortes de moradores de rua são temas da TV Brasil**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com.br/brasil/67409/viol%C3%Aancia-e-mortes-de-moradores-de-rua-s%C3%A3o-temas-da-tv-brasil>. Acesso em: 29 abril. 2019.

CONSTANTINO, M. **Invisibilidade social**: outra forma de preconceito. Barrinha, São Paulo: Overmundo, 2007. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/invisibilidade-social-outra-forma-de-preconceito>. Acesso em: 27 set. 2017.

CORTINA, A. **Aporofobia**: a rejeição aos pobres. Barcelona, Espanha: Paidós, 2017.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.

CRESPO, A. P.; GUROVITZ, E. Administração Pública: A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional. **RAE Eletrônica**, n 12. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso em: 2019

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. 7Graus. c2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 2019.

FARIAS, A. **As propostas para melhorar a vida dos 20 000 moradores de rua da capital**. Veja São Paulo, 2018. il. color. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cidades/sem-teto-propostas-especialistas/>. Acesso em: 2019

FERRAZ, S. *et al.* Arquitetura da Violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração, **Revista Movimento**. ano 2, n 3, 2015. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264/222>. Acesso em: 2019

FORUM. **Dispositivo 'antimendigo' instalado em bairro rico de Londres causa revolta nas redes sociais**. Revista Fórum, 2014. il. color. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/dispositivo-antimendigo-instalado-em-bairro-rico-de-londres-causa-revolta-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 2019

FREIRE, D. **Moradores de rua ganham domingo com banho, corte de cabelo e música ao vivo**. R7 TNH1. 2019. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/moradores-de-rua-ganham-domingo-com-banho-corte-de-cabelo-e-musica-ao-vivo/>. Acesso em: 2019

G1 SÃO PAULO. **Doria diz que agressão de guarda a morador de rua é 'ato condenável'**. G1: São Paulo, 2017. il. color. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-agressao-de-guarda-a-morador-de-rua-e-ato-condenavel.ghtml>. Acesso em: 2019.

GLUCKSMAN, A. **O discurso do Ódio**. São Paulo: Difel, 2004

HATENTO. **Observatório de Delitos de Ódio Contra Personas Sin Hogar**. c2018. Disponível em: <http://hatento.org/>. Acesso em: 2019

HALL, D. W.; BURTON, M. D. **Calvino e o Comércio**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

ITS BRASIL; SEDHPR. **Direito à Moradia, Direito à Terra e Direito à Cidade**. Direitos Humanos. [201-] Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/mediar_conflitos/curso_m_conflitos_modulo_04.pdf. Acesso em: 2019

KOHARA, L. **Habitação para população em situação de Rua**. São Paulo: Pastoral Nacional do Povo de Rua (PNPR), 2019.

LADO DIREITO. **Diferença Entre Domicílio, Residência e Morada**. Lado Direito, 2014. Disponível em: <http://www.blogladodireito.com.br/2014/03/diferenca-entre-domicilio-residencia-e.html#.XO6SxhZKjIU>. Acesso em: 2019

LANDI, G. **Moradores de rua: invisíveis aos olhos da sociedade**. Macaco Civilizado, 2011. Disponível em: <https://macacocivilizado.wordpress.com/2011/04/22/moradores-de-rua/>. Acesso em: 2019

LAVOR, T. **'Invisíveis até na morte'**: a luta de um morador de rua para evitar que sua mulher fosse enterrada como indigente. BBC Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38095909>. Acesso em: 2019.

LETTIERE, G. **Além de "chuveirinho", Rio tem holofotes, pedras e grades 'antimendigo'**. UOL, 2017. il. color. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/09/alem-de-chuveirinho-rio-tem-holofotes-pedras-e-grades-antimendigo.htm>. Acesso em: 2019

LIMA, E. S. **Os Sonhos Nunca Realizados** (moradores de rua). Somos Físicos, 2016.

LOPES, J. R. "Exclusão social" e controle social: estratégias Contemporâneas de Redução da Sujeitidade. **Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 2, p. 13-24. mai / ago, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>. Acesso em: 2019

MARQUES, E. **Redes Sociais, Segregação E Pobreza**. São Paulo: UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARQUES, S. **A Invisibilidade Social nas Ruas**. Newronio. 2017. Disponível em: <http://newronio.espm.br/a-invisibilidade-social-nas-ruas/>. Acesso em: 2019

MARTINS, H. **População de rua ainda luta para romper invisibilidade e garantir direitos**. Diário de Pernambuco, 2017. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/08/19/interna_brasil,718473/populacao-de-rua-ainda-luta-para-romper-invisibilidade-e-garantir-dire.shtml. Acesso em: 2019

MEDINA, M. Á. **Aporofobia: o ódio aos pobres sai da escuridão**. Democracia e mundo do trabalho em debate, 2018. Disponível em: <http://www.dtemdebate.com.br/aporofobia-o-odio-aos-pobres-sai-da-escuridao/>. Acesso em: 2019

MELO, T. **Cidade dos Invisíveis: a vida e a dor de quem mora na rua**. Leia Já, 2019a. Disponível em: <http://www.leiaja.com/noticias/2019/01/31/cidade-dos-invisiveis-vida-e-dor-de-quem-mora-na-rua/>. Acesso em: 2019

MELO, T. **Cidade dos invisíveis: quando pessoas viram cenário**. Leia Já, 2019b. Disponível em: <http://m.leiaja.com/noticias/2019/01/31/cidade-dos-invisiveis-quando-pessoas-viram-cenario/>. Acesso em: 2019

MIRANDA, M. **Cerca de 20 mil pessoas vivem nas ruas de Salvador**. Ministério Público do Estado da Bahia: Salvador, 2017. il. color. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/36275>. Acesso em: 2019

MNPR. **Conhecer Para Lutar**. Instituto Pólis. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 2019

MONTEIRO, R. **BRASIL: Desigualdade é escolha política**, diz economista irlandês. 2017. il. color. Disponível em: <http://pederneirasdefato.blogspot.com/2017/09/brasil-desigualdade-e-escolha-politica.html>. Acesso em: 2019

MOURÃO, E. **A persistência da Invisibilidade Social no Brasil**. R7. 2017. Disponível em: <https://blog.enem.com.br/a-persistencia-da-invisibilidade-social-no-brasil/>. Acesso em: 2019

MULLER, L. **Moradores de Rua tem que sair para que donos possam passear com seus “pets” diz Secretária da Assistência**. 2019. Disponível em: <http://www.radiocom.org.br/moradores-de-rua-tem-que-sair-para-que-donos-possam-passear-com-seus-pets-diz-secretaria-da-assistencia>. Acesso em: 2019

ONU, A. G. D. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998.

OUCHANA; RAMALHO, **Para debaixo do papelão**. O Globo. 2017. Disponível em: http://aarffsa.com.br/noticiasnovas/noticia_08082017092741.pdf. Acesso em: 2019

PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades Socioespaciais e áreas de vulnerabilidade nas cidades. **Mercator**, v. 13, n. 3, p. 25-36, set / dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0025.pdf>. Acesso em: 2019

PT. **Novo albergue no centro de SP é aprovado por moradores de rua**. 2016. Disponível em: <https://www.pt.org.br/novo-albergue-no-centro-de-sp-e-aprovado-por-moradores-de-rua/>. Acesso em: 2019

RÁDIO JORNAL. **Moradora de rua é queimada viva embaixo de viaduto da Caxangá**. Radio Jornal, 2019. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2019/02/27/moradora-de-rua-e-queimada-viva-embaixo-de-viaduto-da-caxanga-64667>. Acesso em: 2019.

RECIFE. **Mapa de Educação por RPA**. Prefeitura do Recife, [201?]. il. color. Disponível em: <http://dados.recife.pe.gov.br/views-maps/mapa-rpa-educacao>. Acesso em: 2019

REZENDE, N. S. **É preciso falar sobre a saúde dos moradores de rua**. Saúde Global. 2017. Disponível em: <https://saudeglobal.org/2017/07/02/e-preciso-falar->

sobre-a-saude-dos-moradores-de-rua-por-nathalia-saffioti-rezende/. Acesso em: 2019

RICARDO, S. A. **Pessoas Sem-abrigo**: responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e Estigma. Minho, Portugal, 2017.

RIO GROUP. **Compendium Das Melhores Práticas E Medidas Para Pobreza**. Rio de Janeiro: Rio Group, 2006. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/poverty/pdf/rio_group_compendium.pdf. Acesso em: 2019

SAMPAIO, R.; PAMPONET, A. **População em Situação de Rua**: estudo reflexivo sobre a permanência de viver sem ser visto pelo Estado. Artigo Jurídico, 2017. Disponível em: <https://artigojuridico.com.br/2016/12/15/populacao-em-situacao-de-rua-um-estudo-reflexivo-sobre-permanencia-de-viver-sem-ser-visto-pelo-estado/>. Acesso em: 2019

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec e Edusp 1978.

SANTOS, A. **População de rua triplica e prefeitura do Rio pede ajuda**. O Estado: Rio de Janeiro, 2017.

SARZI, L. **Problema Sério!** Tribuna, 2018. il. color. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/centro/problema-serio/>. Acesso em: 2019.

SILVA, A. C.; BANDEIRA, E. S.; LOPES, E. B. **POBREZA NO BRASIL**: Aspectos Conceituais E O Processo De Construção Histórica. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

SILVA, C. H M. **O Esvaziamento da Cidade**: a periferização de atividades tradicionalmente centrais em Aracaju. XI Encontro Nacional da ANPUR, Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/661p.pdf>. Acesso em: 2019

SILVA, M. O. O Debate Sobre a Pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**. v. 6, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3720/1753>. Acesso em: 2019

SOTO, J. H.; WILLIAMS, W.; MISES, L. V. **Vamos debater as causas da pobreza**. Mises Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1956>. Acesso em: 2019

SOUSA, F. M.; ALMEIDA, S. M. **E se perguntássemos aos Sem-Abrigo?** Satisfação e necessidades percebidas faze aos serviços num abrigo em Lisboa. Lisboa: Análise Psicológica, 2001.

THE WHY. **PORQUE POBREZA?** A História da Pobreza. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Dbm6URc668>. Acesso em: 2019

TRIBUNA. **Greca não fez banco “antimendigo” e iniciativa pode render multa a seu criador.** Tribuna, 2018. il. color. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/banco-anti-mendigo-nao-e-ideia-da-prefeitura-e-pode-render-multa-para-quem-o-criou/>. Acesso em: 2019

TV 247. **TV 247 Entrevista Com o Júlio Lancellotti Padre da Pastoral do Povo de Rua.** TV 247, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7awVFUtG3c>. Acesso em: 2019

ULULE. **We Save Homeless.** 2017. Disponível em: <https://www.ulule.com/we-save-homeless/>. Acesso em: 2019

VAZQUEZ, D. **A erradicação da miséria no Brasil enquanto meta: como alcançar este objetivo?**. Wordpress. 2010. il. color. Disponível em: <https://danielvazquez.wordpress.com/2010/12/22/a-erradicacao-da-miseria-no-brasil-enquanto-meta-como-alcancar-este-objetivo/>. Acesso em: 2019

VILLAÇA, F. **O Esvaziamento dos Centros Urbanos.** Ricardo Trevisan. 2019. Disponível em: <https://ricardotrevisan.com/2019/04/30/o-esvaziamento-dos-centros-urbanos/>. Acesso em: 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Idade: _____

Nome: _____

Local de nascimento: _____

Aonde morava: _____

1. Escolaridade _____, por que largou os estudos?
2. Exerce alguma atividade remunerada? _____
3. Qual a sua renda média? _____
4. O que te levou para rua? _____
5. A quanto tempo você está na rua? _____
6. Quais locais frequenta normalmente? Aonde você dorme?
Por que? _____
7. Você já foi vítima de agressão? SIM OU NÃO; de quem? Como foi? Você poderia me contar? _____
i. Física ii. Verbal
8. Você já sofreu alguma discriminação? SIM ou NÃO
9. Você se sente discriminado? SIM ou NÃO
10. O que a rua significa para você? Por que?
11. Você tem medo de estar na rua? Por que? SIM ou NÃO
12. Você acha que a rua te protege? Por que? SIM ou NÃO
13. Você considera a rua como sua moradia? Por que? SIM _____ ou NÃO
14. Qual sua maior dificuldade hoje?
15. Você se considera um cidadão? SIM ou NÃO
16. Como você pode exercer seus direitos e deveres?
17. Você possui documentos? SIM ou NÃO?
18. Você já teve carteira de trabalho? SIM ou NÃO
19. Você acha que as pessoas te veem como? Diferente? SIM _____ ou NÃO
20. Qual a melhor coisa que já aconteceu com você?
21. Qual o seu sonho?
22. Como você vê as pessoas que não moram nas ruas?
23. O que você acha da situação que você vive?
24. Você recebe ajuda de alguma ONG, ou da prefeitura?

APÊNDICE B – ENTREVISTA À PREFEITURA

A entrevista feita na prefeitura do Recife em maio de 2019 com a assistente social responsável pelo setor de pessoas em situação de rua, respondida oralmente e com gráficos demonstrativos.

1. Quais os locais da cidade mais frequentados pela POP Rua? E por que?
2. Qual o perfil dessa população?
3. Quais programas e ações da prefeitura do Recife para as pessoas em situação de rua?
4. Quais os serviços públicos deveriam ser prioritários segundo eles?
5. É observado um crescimento na população em situação de rua, há algum dado que comprove o porquê dessas pessoas estarem nas ruas?
6. Muitos dos entrevistados falaram que recebem algum tipo de benefício
7. Quais as principais demandas da sociedade para a prefeitura em relação a esse público? Você acha que há um certo preconceito com essas pessoas?
8. A prefeitura tem alguma ação para promover a reinserção social da POP Rua?
9. Quais os maiores desafios da prefeitura hoje?
10. Como a prefeitura espera que os demais cidadãos colaborem para o auxílio do POP Rua?
11. A prefeitura tem algum estudo de caso que poderia ser implementado na cidade do Recife para auxiliar essas pessoas?
12. Em relação a moradia, há algum projeto para que essa pessoa possa receber a moradia de alguma forma?
13. Em relação aos prédios do abandonados do centro da cidade tem algum deles que poderia se tornar esse abrigo noturno que vocês pretendem implementar?

APÊNDICE C – ENTREVISTA AO INSTITUTO PELO BEM

Entrevista – ONG: Psicóloga Do Instituto Pelo Bem 2019

Nome entrevistado:

Cargo desempenhado:

Tempo de experiência:

1. Em média quantas pessoas estão em situação de rua na cidade do Recife?

2. Qual o perfil das pessoas em situação de rua?

- Idade média _____
- Raça _____
- Escolaridade _____

3. Das pessoas que vocês atendem, quais as causas que os levaram para as ruas?

4. Quais locais que eles frequentam normalmente e por que?

5. Em sua maioria eles exercem atividade remunerada? Qual a renda média?

6. Quais **programas** (detalhes) /ações da prefeitura tem feito para amenizar ou eliminar a situação? Como elas funcionam?

7. Vocês promovem ações para a reinserção social destes?

8. Quais as maiores dificuldades enfrentadas para tirar os moradores das ruas?

9. Funcionamento do Centro POP.

10. Existem reclamações para a remoção dos moradores de rua?

11. Em sua opinião, as pessoas têm fobia aos moradores de rua?

12. Qual a sistemática para o acompanhamento?

13. Quais outros programas não municipais que poderiam ser implementados na cidade?

14. A dificuldade de implementar tais questões como:

Alimentação – (restaurante popular)

Abrigo – (albergues)

Saúde – (SUS)

Moradia – (aluguel social)

APÊNDICE D – ENTREVISTA AO MNPR

Entrevista realizada durante ação social dos Samaritanos ao líder do Movimento Nacional da População de Rua Otávio Santos, ex-morador de rua.

1. Por que eles usam drogas?
2. Você acha que a sociedade os considera invisíveis?
3. Por que o centro da cidade? Qual a relação deles com a rua?
4. Eles têm ciência de seus direitos? Quais os deveres que eles têm?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO À SOCIEDADE

1. Local:
2. Nome:
3. Atividade desempenhada?
4. Frequência no local?
5. Como você descreveria essa rua?
6. Quais os principais problemas do centro?
7. O que o senhor vê de ruim aqui no centro da cidade?
8. O senhor frequenta o centro no final de semana? SIM ou NÃO, Porque?
9. Qual o maior problema dessa rua?
10. Você acha a rua muito movimentada?
11. Você tem medo de andar na rua no centro? Por que?
12. Pessoa em situação de rua invisível? SIM ou NÃO
13. Costuma-se encontrar muitas pessoas morando nas ruas nessa região? SIM ou NÃO?
14. Por que você acha que as pessoas em situação de rua costumam frequentar esses locais?
15. Qual a sua opinião sobre as pessoas que moram nas ruas?
16. Como você vê quem mora nas ruas?
17. Você tem conhecimento de algum programa da prefeitura?
18. O que você acha que a prefeitura deveria fazer?
19. Vocês têm conhecimento de agressões a moradores de rua?